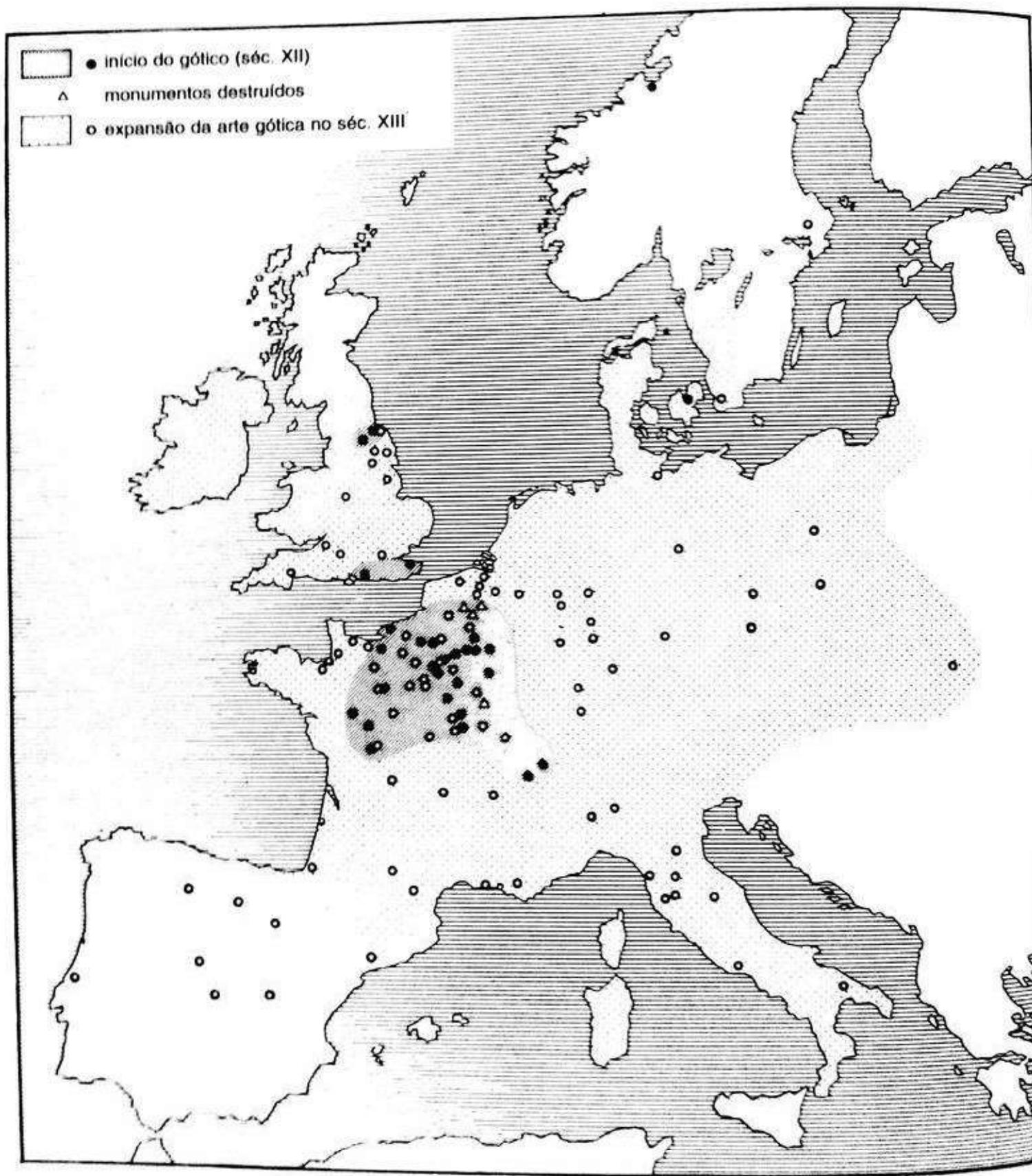


ECONOMIA-MUNDO: UMA ORDEM EM FACE DE OUTRAS ORDENS

Seja qual for a evidência das sujeições econômicas, sejam quais forem as suas conseqüências, seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades — a cultura, o social, a política — que incessantemente interferem nela para a favorecer, ou então para a contrariar. Essas massas são tanto mais difíceis de dissociar umas das outras quanto aquilo que se oferece à nossa observação — a realidade da experiência, o “real real”, como diz François Perroux⁶² — é uma *globalidade*, aquilo que designamos por sociedade por excelência, o *conjunto dos conjuntos*⁶³. Cada conjunto⁶⁴ particular, distinguido por razões de inteligibilidade, permanece, na realidade vivida, misturado aos outros. Não creio por um só momento que haja uma *no man's land* entre história econômica e história social, como propõe Willan⁶⁵. Poderíamos escrever as equações que se seguem no sentido que quiséssemos: economia é política, cultura, sociedade; a cultura é economia, política, sociedade, etc. Ou admitir que, numa dada sociedade, a política comanda a economia e vice-versa, etc. Dizer até, com Pierre Brunel⁶⁶, que “tudo o que é humano é político, portanto, toda literatura (mesmo a poesia reclusa de Mallarmé) é política”. Com efeito, se uma característica específica é a superação do seu espaço, não poderemos dizer o mesmo dos outros conjuntos sociais? Todos comem espaço, tentam estender-se, definem as suas sucessivas zonas à Thünen.

Assim, determinado Estado surge dividido em três zonas: a capital, a província, as colônias. É o esquema que corresponde a Veneza no século XV: a cidade e suas imediações — o *Dogado*⁶⁷ —; as cidades e territórios da Terra Firme; as colônias — o *Mar*. Para Florença, a cidade, o *Contado, lo Stato*⁶⁸. A respeito deste último, conquistado à custa de Siena e de Pisa, poderia afirmar que pertence à categoria das pseudocolônias? Inútil falar da tripla divisão da França dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, ou da Inglaterra, ou das Províncias Unidas. Mas, à dimensão da Europa inteira, o sistema chamado do *equilíbrio europeu*⁶⁹, estudado com predileção pelos historiadores, não será uma espécie de réplica política da economia-mundo? O objetivo é constituir e manter periferias e semiperiferias em que as tensões recíprocas nem sempre se anulem, de maneira que não seja ameaçado o poder central. Com efeito, também a política tem o seu “coração”, uma zona restrita de onde são vigiados os acontecimentos próximos ou distantes: *wait and see*.

As formas sociais têm também as suas geografias diferenciais. Até onde vão, por exemplo, no espaço, a escravatura, a servidão, a sociedade feudal? A sociedade muda completamente segundo o espaço. Quando Dupont de Nemours aceita ser preceptor do filho do príncipe Czartoryski, descobre com estupefação, na Polônia, o que é um país de servidão, camponeses que ignoram o Estado e só conhecem o seu senhor, príncipes que permanecem povo, como Radziwill, que reina “sobre um domínio maior do que a Lorena” e dorme no chão⁷⁰.



4. O MAPA DO GÓTICO

Segundo o Atlas historique publicado sob a direção de Georges Duby. (Larousse, 1978)

Também a cultura é sempre partilha do espaço, com círculos sucessivos: no tempo do Renascimento, Florença, Itália, o resto da Europa. E estes círculos correspondem, é claro, a conquistas de espaço. Veja-se como a arte "francesa", a das igrejas góticas, parte das regiões entre o Sena e o Loire e conquista a Europa. Como o Barroco, filho da Contra-Reforma, conquista todo o continente a partir de Roma e de Madri e contamina até mesmo a Inglaterra protestante. Como, no século XVIII, o francês se torna língua comum aos europeus cultos. Ou como, a partir de Delhi, toda a Índia, muçulmana ou hindu, será subjugada pela arquitetura e pela arte islâmicas, que conquistarão a Insulíndia islamizada depois da passagem dos mercadores indianos.

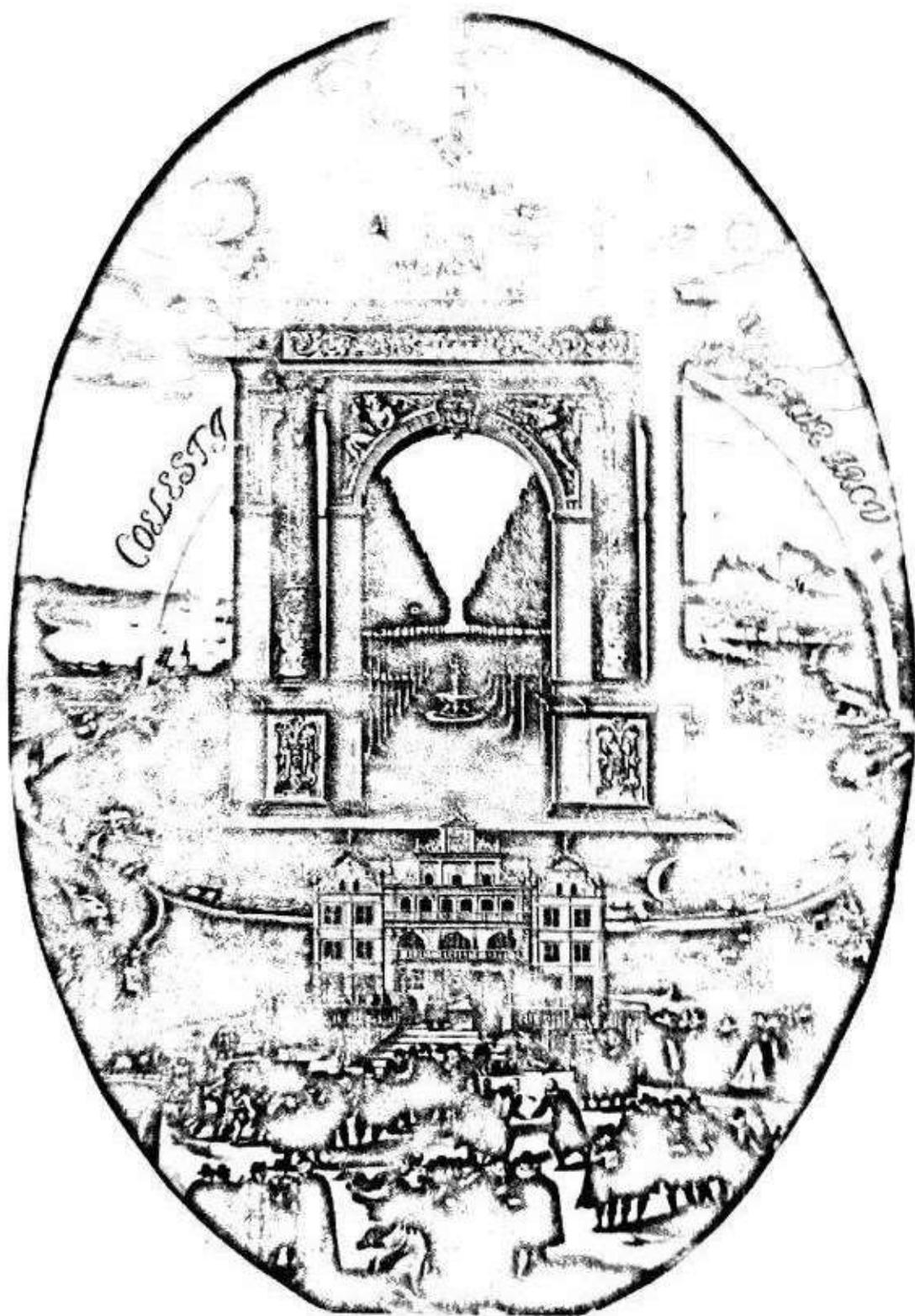
Decerto poderíamos cartografar a maneira pela qual estas diversas "ordens" da sociedade se inscrevem no espaço, situar seus pólos, suas zonas centrais, suas linhas de força. Cada uma tem sua própria história, seu próprio domínio. E todas se influenciam reciprocamente. Nenhuma triunfa de uma vez por todas sobre as outras. A sua classificação, se é que há classificação, não pára de mudar, lentamente, é verdade, mas muda.

A ordem econômica e a divisão internacional do trabalho

Todavia, com a modernidade, a primazia econômica torna-se cada vez mais pesada: orienta, perturba, influencia as outras ordens. Exagera as desigualdades, encerra na pobreza ou na riqueza os co-participantes da economia-mundo, atribui-lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo. Disse um economista⁷¹, falando sério: "Um país pobre é pobre porque é pobre". Um historiador⁷²: "Expansão chama expansão". O que equivale a declarar: "Um país enriquece porque já é rico".

Estas evidências, voluntariamente simplistas, acabam fazendo mais sentido, para mim, do que o pseudoteorema, considerado "irrefutável"⁷³, de David Ricardo (1817), cujos termos são conhecidos: as relações entre dois países dados dependem dos "custos comparativos" que neles se praticam na produção; a troca externa tende para o equilíbrio recíproco e não pode deixar de ser lucrativa para os dois parceiros (na pior das hipóteses, mais para um do que para outro), porque "liga entre si todas as nações do mundo civilizado pelos nós comuns do interesse, pelas relações amistosas, e faz delas uma única grande sociedade. É este princípio que manda que se faça vinho na França e em Portugal, que se cultive trigo na Polônia e nos Estados Unidos e que se fabrique quinquilharia e outros artigos na Inglaterra"⁷⁴. Imagem tranquilizadora, demasiado tranquilizadora. Com efeito, uma questão se levanta: quando e por que razões se instalou essa divisão das tarefas que Ricardo descreve, em 1817, como estando na natureza das coisas?

Não é fruto de vocações que se possam considerar "naturais" e óbvias, ela é uma herança, a consolidação de uma situação mais ou menos ancestral, lentamente, historicamente desenhada. A divisão do trabalho em escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e revisível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade



Alegoria do comércio de Danzig, por Isaac van de Luck (1608), que decora o teto da Casa da Hansa, hoje Câmara Municipal de Gdansk. Toda a atividade da cidade gira em torno do trigo do Vístula, que, por um canal de ligação (ver detalhes I, p. 110, II, p. 233), chega ao porto e aos seus navios, que se vêem ao fundo. Na base do quadro, reconhecemos pelo traje mercadores poloneses e ocidentais; são eles que organizam a corrente de dependência que liga a Polônia a Amsterdam. (Foto Henryk Romanowski)

do mundo, e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, são velhas realidades. No jogo econômico, sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes, marcadas. Certas atividades dão mais lucro do que outras: é mais lucrativo cultivar vinha do que trigo (pelo menos se outros aceitarem cultivar o trigo para nós), mais lucrativo trabalhar no setor secundário do que no primário, no setor terciário do que no secundário. Se as trocas entre Inglaterra e Portugal, no tempo de Ricardo, caracterizam-se por aquela fornecer tecidos e outros produtos industriais e este fornecer vinho, Portugal encontra-se no setor primário, em posição de inferioridade. E há séculos a Inglaterra, antes mesmo do reinado de Elizabeth, deixou de exportar suas matérias-primas, sua lã, para fazer progredir sua indústria e seu comércio; e há séculos Portugal, outrora abastado, evoluiu no sentido inverso ou a isso foi obrigado. Com efeito, o governo português, ao tempo do duque de Erceira, utilizou, para se defender, a panóplia do mercantilismo, favoreceu o desenvolvimento da sua indústria. Mas dois anos depois da morte do duque (1690), todo esse aparato é deixado de lado; dez anos mais tarde será assinado o tratado de *lord Methuen*. Quem poderá dizer que as relações anglo-portuguesas são ditadas pelos “laços comuns do interesse” entre sociedades de amigos, e não por relações de força difíceis de intervir?

As relações de força entre nações derivam de estados de coisas por vezes muito antigos. Para uma economia, uma sociedade, uma civilização, ou mesmo um conjunto político, um passado de dependência, uma vez vivido, revela-se difícil de ser rompido. Assim, inegavelmente, o Mezzogiorno italiano há muito tempo está a reboque, pelo menos desde o século XII. E diz um siciliano, exagerando: “Somos uma colônia há 2500 anos”⁷⁵. Os brasileiros, independentes desde 1822, sentiam-se ainda ontem, e mesmo hoje, numa situação “colonial”, não com relação a Portugal, mas com relação à Europa e aos Estados Unidos. Hoje é comum o gracejo: “Não somos os Estados Unidos do Brasil, mas o Brasil dos Estados Unidos...”

Também o atraso industrial da França, patente desde o século XIX, só se pode explicar recuando muito no tempo. Segundo alguns historiadores⁷⁶, a França fracassou em sua transformação industrial e sua competição com a Inglaterra pelo primeiro lugar na Europa e no mundo por causa da Revolução e do Império: ter-se-ia perdido então uma oportunidade. É verdade que, com o concurso das circunstâncias, a França entregou todo o espaço mundial à exploração mercantil da Grã-Bretanha; e não é menos verdade que os efeitos conjugados de Trafalgar e de Waterloo tiveram um peso muito grande. No entanto, poderemos esquecer as oportunidades perdidas desde antes de 1789? Em 1713, não viu a França escapar-lhe, no final da Guerra da Sucessão da Espanha, o acesso livre à prata da América espanhola? Em 1722, com o fracasso de Law, ela foi privada (até 1776) de um banco central⁷⁷. Em 1762, antes do tratado de Paris, tinha perdido o Canadá e praticamente a Índia. E, num passado ainda mais remoto, a França próspera do século XIII, levada acima de si mesma pelo encontro *terrestre* que foram as feiras da Champagne, perdera essa vantagem no princípio do século XIV, como consequência da ligação marítima, por Gibraltar, entre a Itália e os Países Baixos; viu-se então (como explicaremos adiante⁷⁸) fora do circuito “capitalista” essencial da Europa. Moral da História: não se perde de uma só vez. Também não se ganha de uma só vez. O sucesso depende de inserções nas oportunidades de uma determina-

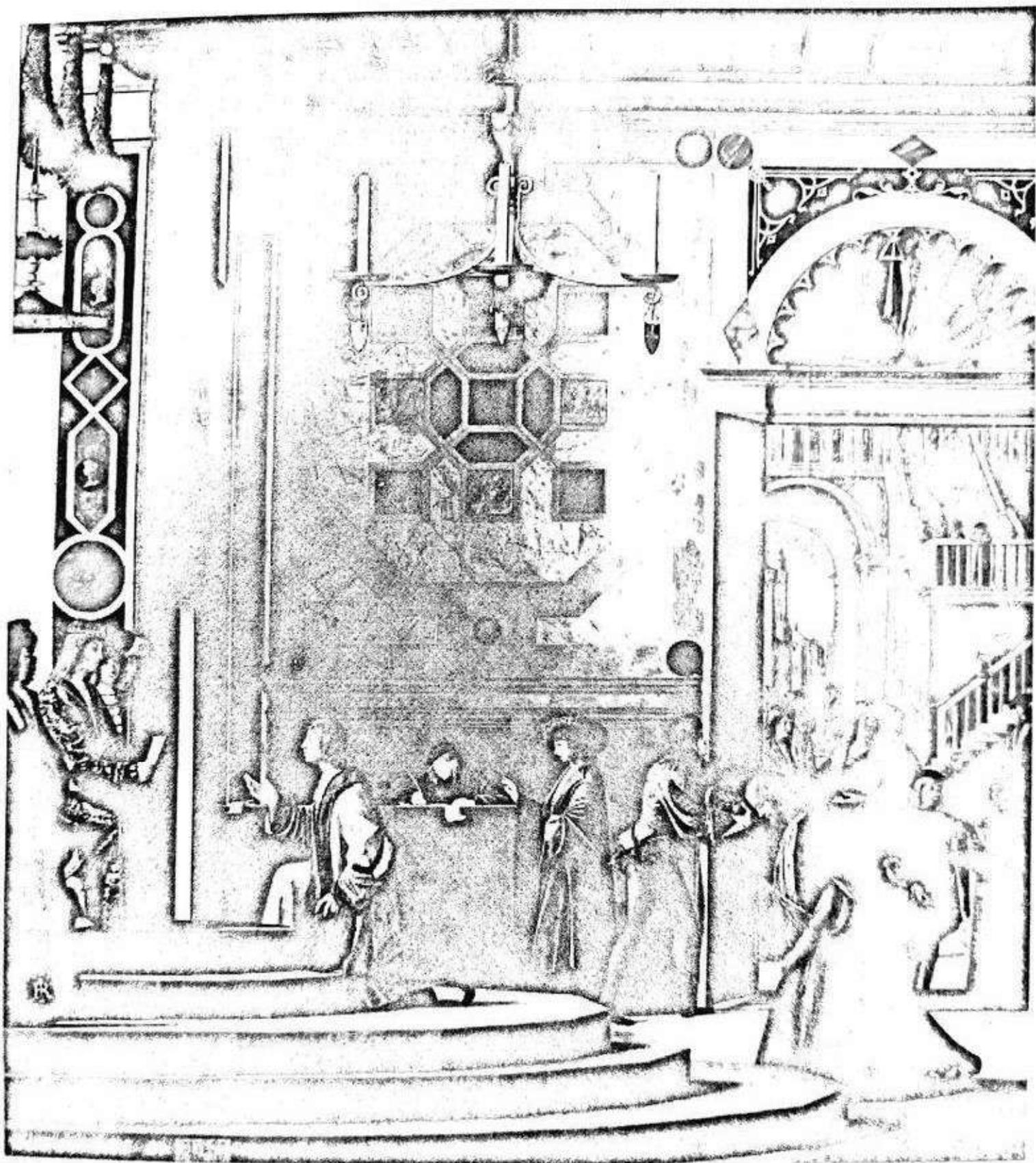
da época, de repetições, de acumulações. O poder acumula-se como o dinheiro e é por isso que me convêm as reflexões de Nurske e de Chaunu, à primeira vista muito evidentes. “Um país é pobre porque é pobre”; digamos, mais claramente, porque já era pobre ou já estava inserido no “círculo vicioso da pobreza”, como também diz Nurske⁷⁹. “A expansão chama a expansão”, um país desenvolve-se porque já estava se desenvolvendo, porque está inserido num movimento anterior que lhe dá vantagem. O passado também tem sempre algo a dizer. A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar — e demoram muito para desaparecer.

O Estado: poder político, poder econômico

Hoje o Estado está bem cotado. Mesmo os filósofos lhe prestam seu apoio. Deste modo, uma explicação que não valorize o seu papel está fora de uma moda que se alastra, que tem, evidentemente, seus excessos e suas simplificações, mas tem pelo menos a vantagem de obrigar certos historiadores franceses a voltar atrás, a adotar um pouco aquilo que devastaram ou, pelo menos, afastaram de seu caminho.

Todavia, o Estado, entre os séculos XV e XVIII, está longe de preencher todo o espaço social, ele não tem essa força de penetração “diabólica” que atualmente lhe é atribuída, faltam-lhe os meios. Tanto mais que sofreu em cheio a longa crise de 1350 a 1450. Só na segunda metade do século XV se opera a sua recuperação. Os Estados-cidades que, adiantando-se aos Estados territoriais, desempenham os papéis principais até o início do século XVIII, são então instrumentos inteiramente nas mãos de seus mercadores. Para os Estados territoriais, cujo poder se reconstitui lentamente, as coisas são muito menos simples. Mas o primeiro Estado territorial a consumir-se como mercado nacional ou economia nacional, a Inglaterra, passa bem cedo ao domínio dos mercadores, depois da revolução de 1688. Não é de admirar, portanto, que na Europa pré-industrial um certo determinismo faça coincidir poder político e poder econômico. Seja como for, o mapa da economia-mundo, com a alta voltagem nas suas zonas centrais e as suas diferenças concêntricas, corre o risco de corresponder bastante bem ao mapa político da Europa.

Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado. Já é o caso de Veneza no século XV; da Holanda no século XVII; da Inglaterra no século XVIII e mais ainda no século XIX; dos Estados Unidos atualmente. Poderiam esses governos “no centro” deixar de ser fortes? Immanuel Wallerstein deuse ao trabalho de provar que não, a propósito do governo das Províncias Unidas, no século XVII, que contemporâneos e historiadores se fartaram de dizer que era quase inexistente. Como se a posição central, por si só, não criasse e não exigisse também um governo eficaz⁸⁰. Como se governo e sociedade não fossem um único conjunto, um mesmo bloco. Como se o dinheiro não criasse uma disciplina social e uma facilidade de ação extraordinária!



Pompa oficial do Estado veneziano: como um embaixador se despede do doge. V. Carpaccio, Lenda de Santa Úrsula (c. 1500). (Clichê Giraudon)

Governos fortes, portanto, em Veneza, até mesmo em Amsterdam, em Londres. Governos capazes de se impor internamente, de disciplinar o “povão” das cidades, de aumentar as cargas fiscais em caso de necessidade, de garantir o crédito e as liberdades mercantis. Capazes também de se impor no exterior: é para esses governos que nunca hesitam em recorrer à violência que podemos utilizar *desde muito cedo*, sem temer o anacronismo, as palavras *colonialismo e imperialismo*. Isso não impede, em contrapartida, que estes governos “centrais” sejam mais ou menos dependentes de um capitalismo precoce, já com dentes crescidos. O poder é partilhado entre eles e ele. Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si mesmo.

Mudança de cenário assim que abordamos, na vizinhança imediata do centro, a zona viva, mas menos desenvolvida, em que o Estado foi durante muito tempo uma mistura de monarquia carismática tradicional e de organização moderna. Nela os governos estão incrustados em sociedades, em economias, até em culturas, em parte arcaicas; respiram mal no vasto mundo. As monarquias do continente europeu são obrigadas a governar custe o que custar, com e contra as nobrezas que as rodeiam. Sem elas, o Estado incompleto (mesmo quando se trata da França de Luís XIV) seria capaz de assumir as suas tarefas? Há, evidentemente, a “burguesia” ascendente, cujo avanço o Estado organiza, mas com prudência, e esses processos sociais são lentos. Ao mesmo tempo, esses Estados têm diante dos olhos o sucesso dos Estados mercantis mais bem colocados do que eles na encruzilhada dos tráficos; eles têm consciência da sua situação inferior, de modo que, para eles, o grande negócio é chegar a qualquer preço à categoria superior, elevar-se até ao centro. Por um lado, procurando copiar o modelo e apropriar-se das receitas do sucesso: essa foi durante muito tempo a idéia fixa da Inglaterra em face da Holanda. Por outro lado, criando e mobilizando os rendimentos e os recursos exigidos pela condução das guerras e pelo luxo da ostentação que, afinal, também é um meio de governar. É um fato que todo Estado que só está nas vizinhanças do centro de uma economia-mundo torna-se mais encarniçado, conquistador quando tem oportunidade, como se tal vizinhança lhe aquecesse os ânimos.

Mas, não nos enganemos, a distância entre a moderna Holanda do século XVII e Estados majestosos como a França ou a Espanha continua sendo grande. Essa distância revela-se na atitude dos governos para com uma política econômica que passou então por panacéia e a que chamamos, usando uma palavra forjada posteriormente, *mercantilismo*. Ao criá-lo, nós, historiadores, conferimos ao termo múltiplos sentidos. Mas, se um desses sentidos prevaleceu sobre os demais, foi aquele que implica uma defesa contra os outros. Pois o mercantilismo é, antes de tudo, uma forma de se proteger. O Príncipe ou o Estado que aplica seus preceitos obedece provavelmente a uma moda, mas, mais ainda, constata a existência de uma inferioridade que é necessário atenuar ou reduzir. A Holanda será mercantilista só em raríssimos momentos, que correspondem para ela, justamente, à percepção de um perigo externo. Sem igual, ela pode em geral praticar impunemente a livre concorrência, que só lhe traz vantagens. A Inglaterra, no século XVIII, afasta-se de um mercantilismo vigilante: será isso a prova, como penso, de que já soa no relógio do

mundo a hora da grandeza e da força britânicas? Um século mais tarde (1846), ela poderá, sem risco, abrir-se à livre-troca.

Tudo muda ainda mais quando chegamos às margens de uma economia-mundo. É aí que se situam as colônias que são populações escravas despojadas do direito de se governarem: o patrão é a metrópole, preocupada em ficar com os lucros mercantis em sistema de *exclusivo*, instalado por toda parte, seja qual for a sua forma. É verdade que a metrópole fica muito longe, que as cidades e as minorias dominantes fazem a lei no círculo da vida local. Mas esse poder das administrações e dos particularismos locais, a que chamamos democracia americana, é apenas uma forma elementar de governo. Quando muito, é a das antigas cidades gregas, e mesmo assim... Perceberemos isso com a independência das colônias que, afinal, provocou um vazio súbito de poder. Depois de acabar com o falso Estado colonial, foi preciso fabricar outro, integralmente. Os Estados Unidos, constituídos em 1787, levaram muito tempo para fazer do Estado federal um poder político coerente e eficaz. E o processo foi igualmente lento em outros Estados da América.

Nas periferias não coloniais, especialmente no leste da Europa, pelo menos há Estados instalados. Mas neles a economia é dominada por um grupo ligado ao estrangeiro. De forma que, na Polônia, por exemplo, o Estado não passa de uma instituição esvaziada de substância. Também na Itália do século XVIII já não há verdadeiros governos. Diz o conde Maffes (1736): “Tratamos da Itália, deliberamos sobre o seu povo como o faríamos com rebanhos de carneiros ou de outros animais inferiores”⁸¹. A própria Veneza, a partir de Passarowitz (1719), mergulhou com deleite ou resignação na “neutralidade”; equivale a dizer que ela se abandona⁸².

Para todos esses perdedores, só há salvação quando recorrem à violência, à agressão, à guerra. A Suécia de Gustavo Adolfo é um bom exemplo disso. Melhor ainda, a África dos corsários barbarescos. É certo que, com os barbarescos, já não estamos no âmbito da economia-mundo europeia, mas no espaço político e econômico abarcado pelo Império Turco, por si só uma economia-mundo a que voltarei num capítulo posterior. Mas o Estado de Argel, a seu modo, é exemplar, na aresta de duas economias-mundos, a europeia e a turca, sem obedecer a nenhuma delas, tendo praticamente rompido os seus laços de vassalagem com Istambul, ao passo que uma marinha europeia invasora colocou-o à margem dos tráficos comerciais mediterrânicos. Em face da economia europeia, a pirataria argelina é a única porta de saída, a única possibilidade de ruptura. Mantendo-se iguais todas as variáveis, a Suécia, no limite de duas economias, a da Europa e a da Rússia, não excluída também dos benefícios diretos do Báltico? Para ela, a guerra é a salvação.

Império e economia-mundo

O Império, isto é, o super-Estado que abrange sozinho todo o espaço de uma economia-mundo, coloca um problema de conjunto. *Grosso modo*, os Impérios-mundos, como são chamados por Wallerstein, são talvez formações arcaicas, triunfos antigos da política sobre a economia. Mas estão ainda estabelecidos no período estudado por esta obra, fora do Ocidente, na Índia com o Império do Grão-Mogol,

na China, no Irã, no Império Otomano e na Moscóvia dos czares. Para Immanuel Wallerstein, quando há império, a economia-mundo subjacente não pôde desenvolver-se, foi detida em sua expansão. Poder-se-ia também dizer que estamos na presença de uma *command economy*, para seguirmos a lição de John Hicks, ou de um modo de produção chamado *asiático*, para retomarmos a explicação ultrapassada de Marx.

É verdade que a economia aceita mal as exigências e pressões de uma política imperial sem contrapeso. Nenhum mercador, nenhum capitalista jamais terá plena liberdade de ação. Miguel Cantacuzeno, uma espécie de Fugger do Império Otomano, foi enforcado sem qualquer forma de processo nas portas do seu suntuoso palácio de Anchioli, em Istambul, em 13 de março de 1578, por ordem do sultão⁸³. Na China⁸⁴, o riquíssimo Heshen, ministro favorito do imperador Quianlong, foi executado quando este morreu e sua fortuna foi confiscada pelo novo imperador. Na Rússia⁸⁵, o príncipe Gagarin, governador da Sibéria e rematado prevaricador, é decapitado em 1720.

Pensamos, evidentemente, em Jacques Coeur, em Semblançay, em Fouquet: a seu modo, esses processos e essa execução (a de Semblançay) julgam um certo estado político e econômico da França. Só um regime capitalista, mesmo de tipo antigo, tem estômago para engolir e digerir escândalos.

Todavia, pessoalmente penso que, mesmo sob a coerção de um império opressivo e pouco consciente dos interesses particulares das suas diferentes possessões, uma economia-mundo hostilizada, vigiada, pode viver e organizar-se com seus transbordamentos significativos: os romanos fazem comércio no mar Vermelho e no oceano Índico; os mercadores armênios de Dulfa, subúrbio de Ispahan, espalham-se pelo mundo inteiro; os banianos indianos vão até Moscou; os mercadores chineses freqüentam todas as escalas da Insulíndia; a Moscóvia estabeleceu, em tempo recorde, a sua dominação sobre a Sibéria, imensa periferia. Wittfogel⁸⁶ não erra quando afirma que, nas superfícies políticas de pressão intensa que foram os impérios da Ásia tradicional do Sul e do Leste, "o Estado é bem mais forte do que a sociedade". A sociedade, sim; não a economia.

Voltando à Europa, esta escapou muito cedo à asfixia de tipo imperial. O Império Romano é mais e menos do que a Europa; os Impérios Carolíngio e Otoniano não conseguiram assenhorear-se de uma Europa em plena regressão. A Igreja, que conseguiu espalhar a sua cultura por todo o espaço europeu, acabou por não estabelecer a sua supremacia política. Nessas condições, será necessário salientar a importância econômica das tentativas de *monarquia universal* de Carlos V (1519-1555) e de Filipe II (1555-1598)? Esse destaque à preponderância imperial da Espanha, ou, mais exatamente, a insistência com que Immanuel Wallerstein faz do fracasso imperial dos Habsburgos, localizado um pouco precipitadamente na bancarrota de 1557, a data do nascimento da economia-mundo européia não me parece boa maneira de abordar o problema. A meu ver, tem-se exaltado exageradamente a política dos Habsburgos, espetacular, mas também hesitante, ao mesmo tempo forte e fraca e, sobretudo, anacrônica. Sua tentativa esbarra não apenas na França, colocada no centro das ligações do Estado disperso dos Habsburgos, mas também no concerto hostil da Europa. Ora, esse concerto do equilíbrio europeu não é uma realidade recente que tenha aflorado, como se disse, quando Carlos VIII desceu a Itália

(1494); é um processo instalado há muito, como indica, com razão, W. Kienast⁸⁷, na realidade desde o conflito entre Capetos e Plantagenetas e até antes, como pensava Frederico Chabod. A Europa que se deveria reduzir à obediência está portanto, há séculos, munida de defesas protetoras, políticas e econômicas. Enfim, e principalmente, essa Europa já irrompeu para o vasto mundo, para o Mediterrâneo desde o século XI, para o Atlântico com as viagens fabulosas de Colombo (1492) e de Vasco da Gama (1498). Em suma, o destino da Europa enquanto economia-mundo precede o destino do Imperador da Triste Figura. E, mesmo supondo-se que Carlos V tivesse triunfado, como desejavam os mais ilustres humanistas do seu tempo, o capitalismo, já instalado nos pontos decisivos da Europa em gestação, em Antuérpia, em Lisboa, em Sevilha, em Gênova, não se teria saído igualmente bem da aventura? Não teriam os genoveses dominado do mesmo modo os movimentos das feiras européias, ocupando-se das finanças do “imperador” Filipe II, em vez daquelas do rei Filipe II?

Mas deixemos o episódio em favor do verdadeiro debate. O verdadeiro debate é saber quando a Europa esteve suficientemente ativa, privilegiada, atravessada por fluxos poderosos para que diversas economias pudessem todas alojar-se nela, viver umas com as outras e umas contra as outras. Já na Idade Média, iniciou-se na Europa um concerto internacional, que prosseguiu durante séculos; portanto, zonas complementares de uma economia-mundo, uma hierarquia das produções e das trocas desenham-se muito cedo, eficazes já quase de imediato. O que Carlos V, que gastou nisso a sua vida, não conseguiu, Antuérpia, no centro da economia-mundo renovada da primeira metade do século XVI, conseguiu sem esforço. A cidade toma então toda a Europa e a parte do mundo que depende já do pequeno continente.

Assim, através de todos os avatares políticos da Europa, por causa deles ou a despeito deles, constituiu-se precocemente uma ordem econômica européia, ou melhor, ocidental, ultrapassando os limites do continente, utilizando as suas diferenças de voltagem e as suas tensões. Bem cedo o “coração” da Europa viu-se cercado por uma semiperiferia próxima e por uma periferia longínqua. Ora, essa semiperiferia que oprime o coração, que o obriga a bater mais depressa — o norte da Itália em redor de Veneza nos séculos XIV e XV, os Países Baixos em torno de Antuérpia — é talvez a característica essencial da estrutura européia. Ao que parece, não há semiperiferia em torno de Pequim, de Delhi, de Ispahan, de Istambul, até de Moscou.

Vejo portanto a economia-mundo européia nascer muito cedo e não estou, como Immanuel Wallerstein, hipnotizado pelo século XVI. Na realidade, o problema que o atormenta não será o mesmo que Marx colocou? Citemos uma vez mais a frase célebre: “A biografia do capital começa no século XVI”. Para Wallerstein, a economia-mundo européia foi o processo material do capitalismo. Não irei contradizê-lo neste ponto, pois dizer zona central ou capitalismo é designar a mesma realidade. Também, afirmar que a economia-mundo construída na Europa no século XVI não é a primeira a apoiar-se no pequeno e prodigioso continente é colocar *ipso facto* a afirmação de que o capitalismo não esperou o século XVI para surgir. Estou portanto de acordo com Marx quando escreveu (para depois se arrepen-

As divisões do espaço e do tempo

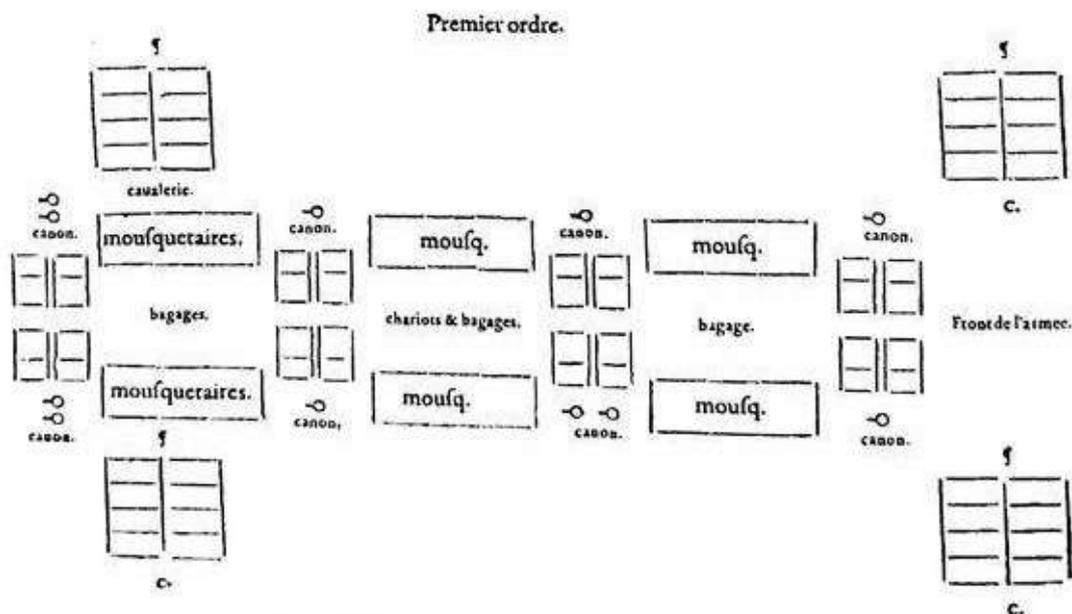
der) que o capitalismo europeu (ele diz mesmo a *produção* capitalista) começou na Itália do século XIII. Não se pode dizer que esse debate seja vão.

A guerra segundo as zonas da economia-mundo

Os historiadores estudam as guerras uma após a outra, mas a guerra em si, no desenrolar interminável do tempo passado, só muito raramente os interessou, até num livro tão justamente célebre como o de Hans Delbrück⁸⁸. Ora, a guerra está sempre presente, obstinadamente imposta aos diversos séculos da história. Implica tudo: os mais lúcidos cálculos, as coragens, as covardias. Para Werner Sombart, ela construiu o capitalismo, mas o inverso também é verdade. Ela é equilíbrio da verdade, prova de força para os Estados que ajuda a definir e sinal de uma loucura que nunca se aquieta. É um tal indicador de tudo o que interfere e corre num único movimento na história dos homens, que situar a guerra nos quadros da economia-mundo é descobrir um outro sentido nos conflitos dos homens e dar ao modelo de Immanuel Wallerstein uma inesperada justificação.



FIGURE DV CORPS D'ARMEE CARRE: COMME IL FORME l'ordre de bataille.



5. A GUERRA CIENTÍFICA ENSINA-SE E APRENDE-SE

Uma das inúmeras "ordens" de marcha, disposição e batalha propostas e comentadas em *Les Principes de l'art militaire* (1615), de L. de Billon, senhor da Prugne, segundo "as regras desse grande e excelente capitão, o príncipe Maurício de Nassau" (p. 44).

A guerra, com efeito, não tem uma só e mesma fisionomia. A geografia lhe dá colorido, a distribui. Coexistem várias formas de guerra, primitivas ou modernas, tal como coexistem a escravatura, a servidão e o capitalismo. Cada um faz a guerra que pode.

Werner Sombart não errou ao falar de uma guerra renovada pela técnica e que, criadora de modernidade, trabalharia pela instauração acelerada de sistemas capitalistas. Já no século XVI houve uma guerra de ponta que mobilizou furiosamente os créditos, as inteligências, o engenho dos técnicos a ponto de se modificar, dizia-se, de um ano para outro, segundo modas imperiosas, seguramente menos agradáveis do que aquelas que concernem ao vestuário. Mas essa guerra, filha e mãe do progresso, só existe no coração das economias-mundos; para se desenvolver, precisa de abundância de homens e de meios, da grandiosidade temerária dos projetos.

Vamos sair deste palco central do teatro do mundo, aliás iluminado de forma privilegiada pelas luzes das informações e da historiografia da época, e dirigir-nos para as periferias pobres, às vezes primitivas: nelas, a guerra gloriosa não pode alçar-se, ou então é ridícula e, o que é pior, ineficaz.

Diego Suárez, soldado cronista de Oran, dá, a este respeito, um excelente testemunho⁸⁹. Por volta de 1590, o governo espanhol teve a idéia, bastante absurda, de expedir para a pequena fortaleza africana um *tercio* de soldados de elite, para isso retirado da guerra de Flandres que é, por excelência, o teatro da guerra científica. À primeira saída desses recrutas — recrutas aos olhos dos veteranos da guarnição de Oran —, surgem no horizonte alguns cavaleiros árabes. Os homens do *tercio* colocam-se imediatamente na formação em quadrado. Mas lá essa arte é inútil: o inimigo evita o encontro com aqueles combatentes resolutos. E a manobra inútil foi alvo da zombaria da guarnição.

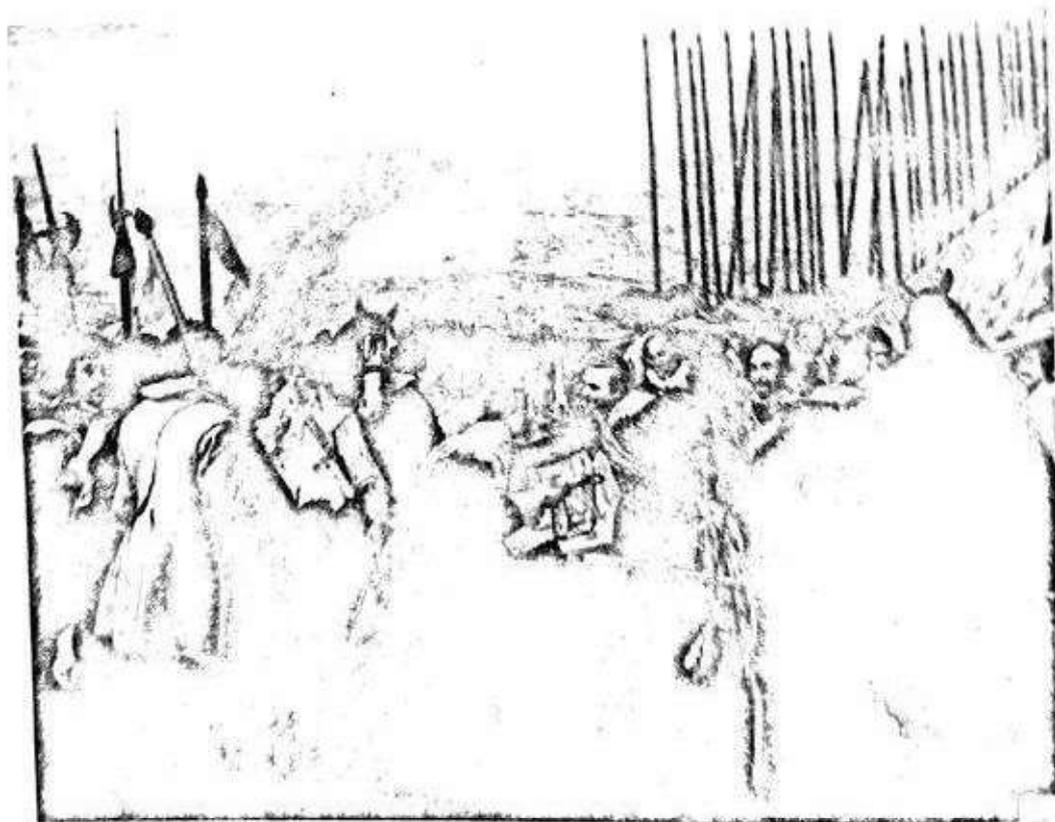
Com efeito, a guerra científica só é possível se praticada por ambos os lados. Melhor ainda o prova a longa guerra do *Nordeste* brasileiro, entre 1630 e 1654, tal como é brilhantemente apresentada no livro recente de um jovem historiador brasileiro⁹⁰.

Encontramo-nos, sem hesitação possível, no perímetro da grande Europa. Os holandeses, instalados à força no Recife, em 1630, não conseguiram apoderar-se por completo da província açucareira de Pernambuco. Ao longo de vinte anos, ficarão praticamente bloqueados em sua cidade, recebendo por mar víveres, munições, reforços, até pedras de canteiro ou tijolos para suas construções. Logicamente, o longo conflito se resolverá, em 1654, a favor dos portugueses, mais exatamente dos luso-brasileiros, pois foram estes, e eles souberam dizê-lo e recordá-lo, que libertaram Recife.

Até 1640, o rei da Espanha fora o senhor de Portugal, por ele conquistado em 1580, havia mais de meio século. São portanto oficiais e soldados veteranos do exército de Flandres, espanhóis ou italianos, que foram mandados para aquele distante teatro de operações. Mas entre as tropas recrutadas localmente, os *soldados da terra*, e as tropas regulares levadas da Europa, o desentendimento foi imediato e total. Um napolitano, o conde de Bagnuolo, que comanda o corpo expedicionário, não pára de imprecar contra os soldados da terra, de se aborrecer e, diz-se, de passar o dia bebendo para se consolar. O que ele queria? Pois queria conduzir a guerra do Brasil como conduziu a de Flandres, cercando, defendendo praças-fortes, com

observância das regras vigentes. Assim, depois da tomada pelos holandeses da praça de Paraíba, achou oportuno escrever-lhes: "Que a cidade tomada faça bom proveito a Vossas Senhorias. Com esta vos envio cinco prisioneiros..."¹⁰⁰ É a guerra científica mas também cortês, no espírito próprio da rendição de Breda, em 1625, tal como Velásquez a pintou no seu quadro das *Lanzas*.

Mas a guerra do Brasil não pode ser uma guerra de Flandres, por mais que resmunguem os veteranos inutilmente presunçosos. Índios e brasileiros, incomparáveis especialistas do ataque de improviso, impõem a guerrilha. E se Bagnuolo, para os incentivar antes de os lançar num ataque em grande estilo, resolve distribuir-lhes aguardente de cana, eles vão dormir e curtir o álcool. Entretanto, estes estranhos soldados abandonam as fileiras, sem mais nem menos, perdem-se nas florestas e nos grandes lodaçais da região. O holandês, que também queria conduzir a guerra segundo as regras da Europa, é desmoralizado por esses inimigos evanescentes que, em vez de aceitarem o combate leal, em campo aberto, se furtam, escapam, fazem emboscadas. Que covardes! Que frouxos! Até os espanhóis concordam. Como diz um dos seus veteranos: "não somos macacos para lutar nas árvores!" Todavia, esses velhos soldados, que vivem por trás das linhas fortificadas, talvez não achem ruim ser protegidos pela vigilância de sentinelas de qualidade excepcional e pela agilidade de franco-atiradores eficazes, mestres consumados da guerra de escaramuças, a chamada *guerra do mato*, ou, numa expressão mais pitoresca, a *guerra volante*.



Rendição de Breda (1625), segundo o quadro de Velásquez, chamado das Lanzas. Spinola recebe as chaves da cidade. (Foto Giraudon)

Em 1640, porém, Portugal revoltava-se contra a Espanha. Daí resulta a separação das duas Coroas. Na península Ibérica, entre Lisboa e Madri, inicia-se uma guerra de Trinta Anos, ou quase: irá durar até 1668. No Brasil, obviamente, a cobertura da frota espanhola desapareceu. Já não há veteranos nem reabastecimento de materiais caros. A guerra, do lado brasileiro, é apenas *guerra volante*, a que convém aos pobres e que, contra todos os prognósticos razoáveis, triunfa finalmente, em 1654, sobre a paciência holandesa, enquanto as Províncias Unidas, é fato, estão envolvidas na sua primeira guerra contra a Inglaterra e por isso terrivelmente enfraquecidas, militarmente falando. Além disso, Portugal teve a sensatez de pagar a bom preço, em carregamentos de sal, a paz finalmente ao alcance da mão.

A obra de Evaldo Cabral de Mello dá alguma verossimilhança a uma tradição persistente que pretende que Garibaldi, lançado, no tempo da sua juventude, na aventura das guerras brasileiras (desta vez por volta de 1838, por ocasião da sublevação dos *Farroupilhas*), teria aprendido os segredos de uma guerra singular: reunir-se num ponto a partir de dez caminhos diferentes, bater forte, depois dispersar de novo, o mais depressa e silenciosamente possível, para voltar a se juntar num outro ponto. Essa guerra é a que ele irá praticar na Sicília, em 1860, depois do desembarque dos Mil⁹². Mas a *guerra do mato* não é apenas característica do Brasil. A guerrilha existe ainda hoje e o leitor já terá feito as aproximações com exemplos recentes. Garibaldi poderia tê-la aprendido fora do Brasil. No Canadá francês, no tempo das guerras com os ingleses, um oficial das tropas regulares julgava com severidade a guerra de emboscadas dos canadenses franceses, seus compatriotas, que esperavam o inimigo como quem espera caça grossa: “Isso não é guerra”, dizia ele, “é assassinato”⁹³.

Na Europa, ao contrário, perto das regiões centrais, as guerras são feitas com grande alarde, com grande exibição de tropas em movimentos calculados e disciplinados. No século XVII, é por excelência a guerra dos cercos, da artilharia, da logística, das batalhas alinhadas... No geral, uma guerra onerosa, um sorvedouro. Os Estados com dimensões demasiado reduzidas sucumbem a ela, particularmente os Estados-cidades, por mais econômicos que sejam com os seus armazéns de armas e o recrutamento prudente de mercenários. Se o Estado moderno cresce, se o capitalismo moderno instala-se nele, a guerra é, com freqüência, instrumento disso: *bellum omnium pater*. Todavia, esta guerra nada tem, ainda, de uma guerra total: trocam-se prisioneiros, os ricos são feitos reféns, as operações são mais calculadas do que mortíferas. Em 1677, um inglês, Roger Boyle⁹⁴, conde de Orrery, declara sem rodeios: “Fazemos a guerra mais como raposas do que como leões, havendo vinte cercos por batalha”. Só com Frederico II, ou melhor, com a Revolução e o Império, começa a guerra impiedosa.

Uma regra essencial dessa guerra no estágio superior é levar obstinadamente o combate ao vizinho, ao mais fraco ou ao menos forte. Mas se um ricochete a traz de volta ao Santo dos Santos, adeus primazia! São poucas as exceções a essa regra: as chamadas guerras da Itália marcam o recuo da península, até então dominante. A Holanda escapa a Luís XIV, em 1672, aplausos para ela! Mas não escapa, em 1795, à cavalaria de Pichegru; é que ela deixa de estar no coração da Europa. Ninguém, no século XIX ou no século XX, atravessará a Mancha ou o mar do Norte. A magnífica Inglaterra trava suas guerras de longe, salva pela sua insularidade e pela ge-

As divisões do espaço e do tempo

nerosidade dos subsídios que distribui aos seus aliados. Quando se é forte, a guerra fica na casa dos outros. Por ocasião do acampamento de Boulogne, são distribuídos créditos ingleses à Áustria, e a Grande Armada, como que por sua ordem, rumo para o Danúbio.

Sociedades e economia-mundo

As sociedades evoluem muito lentamente, o que afinal, favorece a observação histórica. A China continua tendo seus mandarinatos: virá algum dia a se desvencilhar deles? A Índia ainda tem suas castas e o Império Mogol teve, até seus últimos dias, os seus *jagindar*, parentes próximos, em suma, dos *sipahi* turcos. Mesmo a sociedade ocidental, a mais móvel de todas, evolui devagar. A sociedade inglesa, que no século XVIII espanta o europeu vindo do continente, como hoje espanta (falo por experiência) o historiador não inglês, começou a formar-se a partir da guerra das Duas Rosas, três séculos antes. A escravatura que a Europa reinventa para a América colonial só desaparece dos Estados Unidos em 1865; do Brasil em 1888, isto é, ontem.

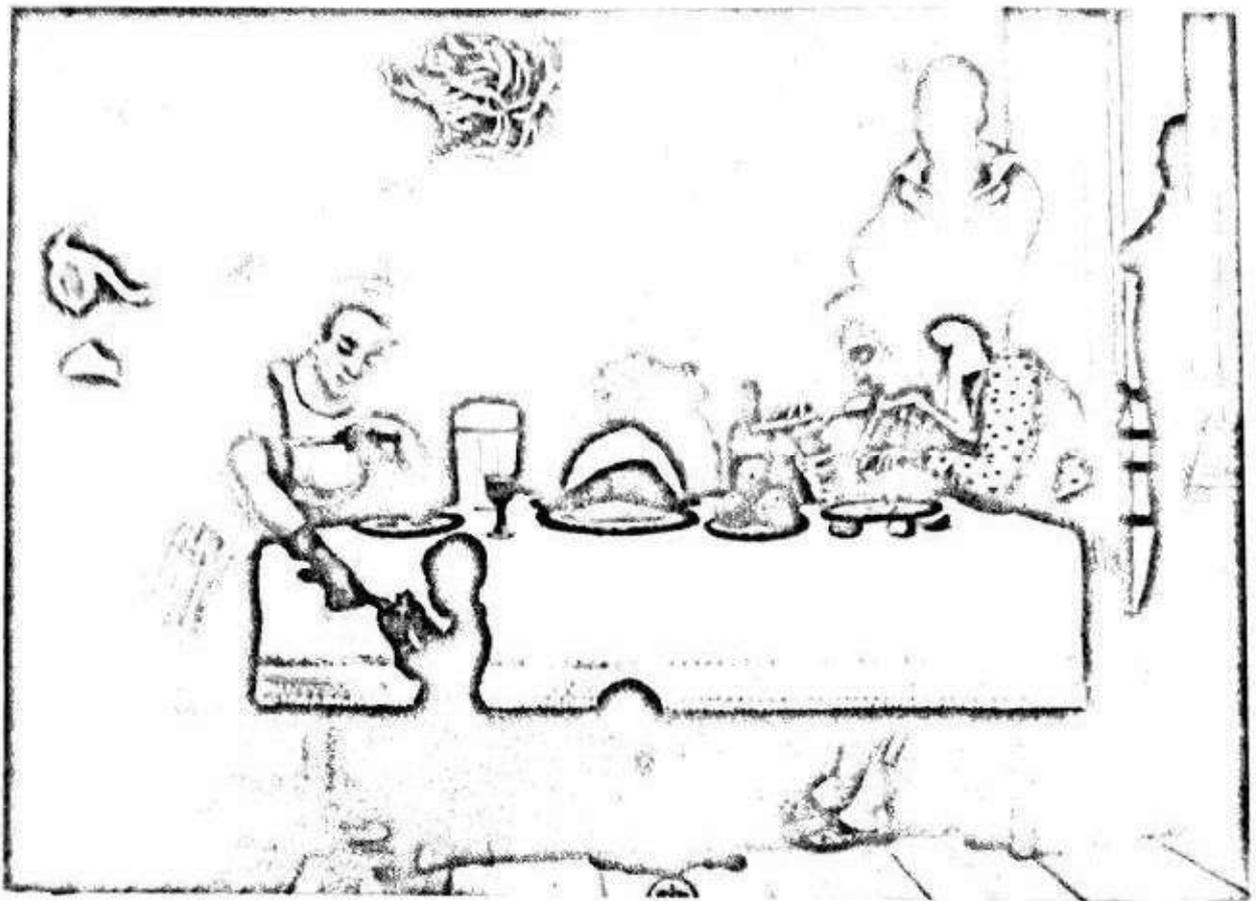
Em geral, não acredito nas mudanças sociais rápidas, em golpes de teatro. As próprias revoluções não são rupturas totais. Quanto à promoção social, ela se ativa com os impulsos econômicos, mas a burguesia nunca sai da sua condição em fileiras muito cerradas, pois a proporção de privilegiados permanece limitada com relação ao conjunto da população. E em caso de conjunturas adversas, a classe superior se entrincheira; é preciso ter habilidade para lhe forçar as portas. É o que acontece na França nos anos 1590. Ou, para darmos um exemplo restrito, em Luca, minúscula república, nos anos 1628 e 1629⁹⁵. É que o Estado, ao contrário do que muitas vezes se diz, só favorece intermitentemente a ascensão da burguesia e só quando ela lhe é necessária. E se as restritas classes dominantes, no correr dos anos, não tendessem a ver desfalcadas as suas fileiras, a promoção social funcionaria ainda mais devagar, se bem que, na França como em outros lugares, “o terceiro estado [seja] sempre cioso de imitar a nobreza, à qual continuamente tenta ascender, através de *incríveis esforços*”⁹⁶. A promoção social sendo difícil e longamente desejada, é normal que os novos eleitos, sempre pouco numerosos, muitas vezes não façam mais do que reforçar a ordem estabelecida. Mesmo nas pequenas aldeias da Marche, que o Estado pontifício controla do alto, nobrezas pouco numerosas, ciosas das suas prerrogativas, só aceitam integrações lentas que nunca ponham em perigo o estatuto social estabelecido⁹⁷.

Não é de surpreender, portanto, que a matéria social fundida nos moldes da economia-mundo pareça acabar adaptando-se a eles duradouramente, solidificar-se e integrar-se neles. Não lhe falta tempo para se adaptar às circunstâncias que a condicionam e para adaptar as circunstâncias ao sabor de seus equilíbrios. Assim, mudar de círculo é passar, através da economia-mundo, sincronicamente do salariado à servidão e à escravatura, e isto ao longo de séculos. A ordem social está sempre se construindo de um modo bastante monótono, de acordo com as necessidades econômicas básicas. Cada tarefa, uma vez distribuída na divisão internacio-

nal do trabalho, cria seu controle particular e o controle articula, comanda a sociedade. No centro da economia, quando o século XVIII chega ao fim, a Inglaterra é o país onde o salariado penetra ao mesmo tempo nos campos e nas atividades urbanas; logo nada mais lhe escapará. No continente, o salariado, dada a sua extensão mais ou menos notável, dá a medida do grau de modernidade atingido, mas os artesãos independentes continuam sendo numerosos; o meeiro ainda desempenha um papel considerável: é fruto de uma conciliação entre o rendeiro e o servo de outrora; na França revolucionária há uma abundância de camponeses com propriedades exíguas... Enfim, a servidão, planta perene, estende-se pela Europa refeudalizada de Leste e pelos Bálcãs turcos, e a escravatura entra, a partir do século XVI, no Novo Mundo, como se tudo nele devesse recomeçar a partir de zero. A cada vez, a sociedade responde assim a uma obrigação econômica diferente e vê-se encerrada na sua própria adaptação, incapaz de sair rapidamente das soluções depois que são construídas. Portanto, se ela é isto ou aquilo, conforme os lugares, é porque representa *a* ou *uma* solução possível, “a mais adaptada (sendo todos os outros fatores iguais) aos tipos particulares de produção com que se confronta”⁹⁸.

É claro que essa adaptação do social ao econômico nada tem de mecânico ou de automático, que há imperativos de conjunto, mas também divergências e liberdades, diferenças notáveis conforme as culturas e até conforme os ambientes geográficos. Nenhum esquema se adapta inteira e perfeitamente à realidade. Por várias vezes chamei a atenção para o caso exemplar da Venezuela⁹⁹. Com o descobrimento europeu, tudo na Venezuela começa quase de zero. Em meados do século XVI, deve haver nesse vasto país uns 2 000 brancos e 18 000 indígenas. A exploração de pérolas no litoral dura apenas alguns decênios. A exploração das minas, principalmente das minas de ouro de Yaracuy, dá origem a um primeiro intervalo escravagista: índios apanhados na guerra e negros importados em pequeno número. O primeiro sucesso é o da pecuária, sobretudo nos vastos *llanos* do interior, onde alguns brancos, proprietários e senhores, e índios pastores a cavalo formam uma sociedade primitiva de características feudais. Mais tarde, sobretudo no século XVIII, as plantações de cacau da zona litorânea voltam a utilizar escravos negros importados. Ou seja, há duas Venezuelas, uma “feudal” e outra “escravagista”, a primeira desenvolvendo-se antes da segunda. Observe-se, no entanto, que no século XVIII escravos negros, relativamente numerosos, são incorporados às *haciendas* dos *llanos*. Observe-se também que a sociedade colonial da Venezuela, com suas cidades florescentes e suas instituições, não cabe toda nesses dois esquemas, nem de longe.

Talvez seja necessário insistir em constatações evidentes. A meu ver, todas as divisões, todos os “modelos” analisados pelos historiadores e pelos sociólogos estão presentes muito cedo na amostragem social que temos diante dos olhos. Lado a lado, há classes, castas (entenda-se grupos fechados em si mesmos), “ordens”, geralmente favorecidas pelo Estado. Cedo, aqui e ali, acende-se a luta das classes, e só se atenua para voltar a se acender. Pois não há sociedades sem a presença de forças em conflito. Também não há sociedades sem hierarquia, isto é, *grosso modo*, sem redução das massas que as compõem ao trabalho e à obediência. Escravatura, servidão, salariado, são soluções historicamente, socialmente diferentes de um problema universal que permanece fundamentalmente o mesmo. De um caso a outro, é até



Escravidão doméstica no Brasil. (J.-B. Debret, Voyage pittoresque..., 1834, clichê B.N.)

possível fazer comparações, justas ou injustas, superficiais ou profundas, pouco importa! “Os criados de um grande senhor da Livônia ou os negros que servem na casa de um colono da Jamaica, embora eles mesmos escravos, consideram-se muito superiores, uns, aos camponeses, os outros, aos negros que trabalham a terra”, escreve McCartney¹⁰⁰ em 1793. Na mesma época, Baudry des Lozières, quando parte para a guerra contra os “negrófilos inveterados”, chega ao ponto de pretender que “no fundo a palavra escravo, nas colônias, significa apenas a classe indigente, que a natureza parece ter criado mais especialmente para o trabalho; [ora] é a classe que cobre a maior parte da Europa. Nas colônias, o escravo vive trabalhando e encontra sempre um trabalho lucrativo; na Europa, o infeliz nem sempre encontra ocupação e morre de miséria... Cite-se nas colônias um infeliz que tenha morrido necessitado, que tenha sido obrigado a encher de capim um estômago vazio ou forçado pela fome a morrer! Na Europa, podem-se citar muitos que perecem por falta de alimento...”¹⁰¹

Chegamos aqui ao cerne do problema. Os modos sociais de exploração se revezam, enfim, se completam. O que é possível no seio da economia-mundo graças à abundância de homens, de transações e do numerário não o é do mesmo modo nas diversas periferias. De um extremo a outro do “território” econômico, há re-

gressão econômica, regressão histórica, em suma. Mas temo que o sistema atual, *mutatis mutandis*, vá sempre sobrepor-se às desigualdades estruturais resultantes de desfasamentos históricos. As regiões centrais passaram muito tempo a bombear homens de suas margens: estas constituíam a zona de eleição do recrutamento de escravos. E de onde vêm atualmente os trabalhadores indiferenciados das zonas industriais da Europa, dos Estados Unidos, ou da URSS?

Para Immanuel Wallerstein, o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos “modos de produção”, do escravagismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros. Rosa Luxemburgo tinha razão.

Eis quem confirma uma opinião que, pouco a pouco, se impôs a mim: o capitalismo implica, acima de tudo, uma hierarquia, fabricada ou não por ele próprio. Quando ele só intervém no final, basta-lhe uma etapa, uma hierarquia social alheia mas cúmplice que prolongue e facilite a sua ação: um grande senhor polonês interessado no mercado de Gdansk, um senhor de *engenho* do Nordeste brasileiro associado a mercadores de Lisboa, do Porto ou de Amsterdam, um plantador da Jamaica associado aos mercadores de Londres, e a ligação está instalada, a corrente passa. Estas etapas pertencem, com toda a evidência, ao capitalismo, são mesmo partes integrantes dele. Em outros lugares, graças aos “avançados” do centro, às suas “antenas”, o próprio capitalismo se introduz na cadeia que vai da produção ao grande negócio, não para assumir todas as responsabilidades, mas para se colocar nos pontos estratégicos que controlam os setores-chave da acumulação. Será porque esta cadeia, firmemente hierarquizada, desdobra incessantemente seus elos que toda a evolução social ligada ao conjunto é tão lenta? Ou, o que equivale ao mesmo, como sugere Peter Laslett, porque a maior parte das tarefas econômicas comuns são pesadas, abatem-se rudemente sobre os ombros dos homens?¹⁰² E porque sempre houve privilegiados (a diversos títulos) para descarregarem sobre os ombros alheios os serviços pesados, necessários à vida de todos.

A ordem cultural

As culturas (ou as civilizações: as duas palavras, diga-se o que for, podem empregar-se uma pela outra na maior parte dos casos) são também uma ordem organizadora do espaço, do mesmo modo que as economias. Embora coincidam com estas (particularmente porque o *conjunto* de uma economia-mundo, em toda a sua extensão, *tende a* partilhar uma mesma cultura, pelo menos certos elementos de uma mesma cultura, em oposição às economias-mundo vizinhas), também se distinguem delas: mapas culturais e mapas econômicos não se sobrepõem sem mais, o que é bastante lógico. Nem que seja pelo simples fato de a cultura proceder de uma extensão temporal interminável que ultrapassa, e de longe, a longevidade, todavia impressionante, das economias-mundos. Ela é o mais velho personagem da história dos homens: as economias se substituem, as instituições políticas se rompem, as sociedades se sucedem, mas a civilização prossegue o seu caminho. Roma desmorona no século V depois de Cristo, a Igreja romana prolonga-a até nós. O

hinduísmo ao erguer-se, no século XVIII, contra o Islã, abre uma brecha por onde se insinua a conquista inglesa, mas a luta entre as duas civilizações está ainda diante de nós, com as suas conseqüências, ao passo que o Império inglês das Índias deixou de existir já há um terço de século. A civilização é o ancião, o patriarca da história do mundo.

No cerne de toda civilização afirmam-se os valores religiosos. Uma realidade que vem de longe, de muito longe. Se a Igreja, na Idade Média e mais tarde, luta contra a usura e o advento do dinheiro, é porque ela representa uma época passada, muito anterior ao capitalismo, porque as novidades lhe são intoleráveis. Todavia, a realidade religiosa não é, por si só, toda a cultura, que é também espírito, estilo de vida em todos os sentidos do termo, literatura, arte, ideologia, tomadas de consciência... A cultura é feita de uma multidão de bens, materiais e espirituais.

E para que tudo seja ainda mais complicado, ela é ao mesmo tempo sociedade, política, expansão econômica. O que a sociedade não consegue, consegue-o a cultura; o que a economia faria sozinha tem suas possibilidades restringidas pela cultura, e assim por diante. Aliás, não há nenhum limite cultural reconhecível que não seja prova de uma multidão de processos consumados. A fronteira do Reno e do Danúbio é, no espaço cronológico deste livro, uma fronteira cultural por excelência: de um lado, a velha Europa cristã, do outro, uma "periferia cristã" conquistada há menos tempo. Ora, quando surge a Reforma, é quase a linha de ruptura ao longo da qual se estabiliza a desunião cristã: protestantes de um lado, católicos do outro. E é também, com toda a evidência, o antigo limite, o antigo *limes* do Império Romano. Muitos outros exemplos falariam uma linguagem análoga, quanto mais não fosse a expansão da arte românica e da arte gótica, tanto uma como outra exceções que confirmam a regra, testemunhando a favor de uma unidade cultural crescente do Ocidente — na verdade, uma cultura-mundo, uma civilização-mundo.

Forçosamente, civilização-mundo e economia-mundo podem unir-se e mesmo entrelaçar-se. A conquista do Novo Mundo é também a expansão da civilização européia sob todas as suas formas, expansão que suporta, garante a expansão colonial. Na própria Europa, a unidade cultural favorece as trocas econômicas e vice-versa. A primeira manifestação do gótico na Itália, na cidade de Siena, é uma importação direta dos grandes mercadores sienenses que freqüentam as feiras de Champagne. Ela acarretará a reconstrução de todas as fachadas da grande praça central da cidade. Marc Bloch via na unidade cultural da Europa cristã da Idade Média uma das razões da sua penetrabilidade, da sua aptidão para as trocas, que permanece até muito depois da Idade Média.

Assim, a letra de câmbio, arma mestra do capitalismo mercantil do Ocidente, circula quase exclusivamente nos limites da Cristandade, ainda no século XVIII, sem os transpor na direção do Islã, da Moscúvia ou do Extremo Oriente. Claro que houve, no século XV, letras de câmbio de Gênova sobre as praças comerciais do norte de África, mas subscreve-as um genovês ou um italiano e recebe-as um comerciante cristão de Oran, de Tlemcen ou de Túnis¹⁰³. Fica tudo em família. Do mesmo modo, no século XVIII, os retornos, por letra de câmbio, da Batávia¹⁰⁴, da Índia inglesa ou da Île de France¹⁰⁵ são também operações entre europeus; situam-se nos dois extremos da viagem. Existem letras de câmbio de Veneza sobre o Levante, mas são quase sempre sacadas *sobre* ou subscritas pelo síndico veneziano de



6. AS IMITAÇÕES DE VERSALHES NA EUROPA DO SÉCULO XVIII

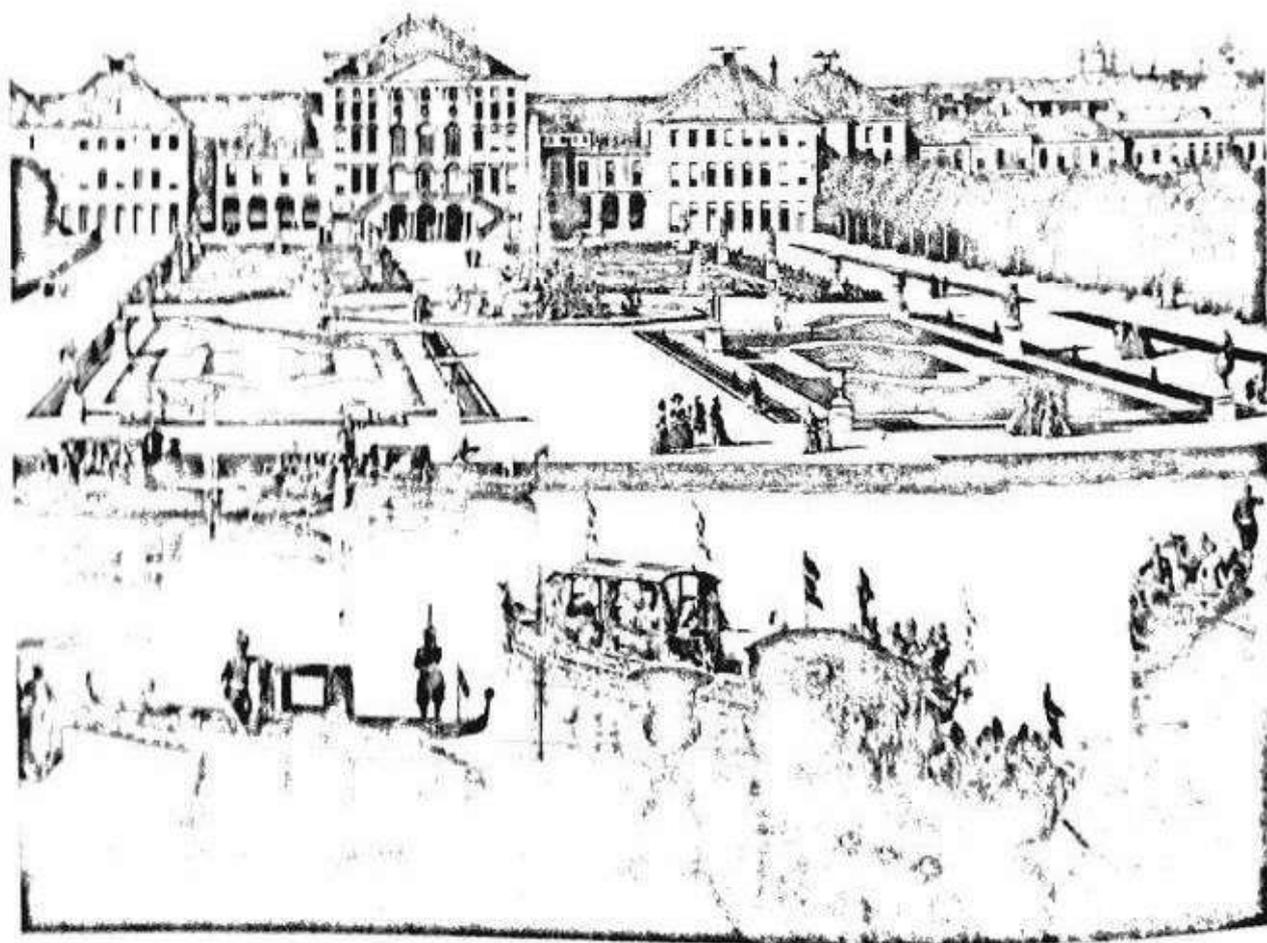
Este mapa das numerosas cópias de Versalhes, da Inglaterra à Rússia e da Suécia a Nápoles, dá a medida da primazia cultural da França através da Europa das Luzes. (Segundo Louis Réau, L'Europe française au Siècle des Lumières, 1938, p. 279)

Constantinopla¹⁰⁶. Deixar de estar em família, entre mercadores justicáveis pelos mesmos princípios e pelas mesmas jurisdições, seria aumentar os riscos para além do razoável. Todavia, não se trata de um obstáculo técnico, mas sim de uma rejeição cultural, uma vez que, fora do Ocidente, há circuitos densos e eficazes de letras de câmbio, para benefício dos mercadores muçulmanos, armênios ou indianos. Também esses circuitos detêm-se nos limites das respectivas culturas. Tavernier explica como se pode transportar dinheiro de praça para praça, por letras sucessivas dos *banianos*, de qualquer praça da Índia até o Levante mediterrânico. É a última escala. Aí, civilizações-mundos e economias-mundos confundem as suas fronteiras e os seus obstáculos.

Em contrapartida, no *interior* de uma economia-mundo, as cartografias da cultura e da economia podem diferir amplamente, às vezes se opor. As centragens respectivas das zonas econômicas e das zonas culturais mostram-no de maneira significativa. Nos séculos XIII, XIV e XV, nem Veneza nem Gênova, rainhas do comércio, impõem as leis à civilização do Ocidente. É Florença que dá o tom: cria, lança o Renascimento; ao mesmo tempo, impõe o seu dialeto — o toscano — à literatura italiana. Nesse domínio, o dialeto veneziano, tão vivo, apto *a priori* para semelhante conquista, nem mesmo a tentou. Será porque uma cidade economicamen-

As divisões do espaço e do tempo

te vitoriosa, um Estado tão evidentemente dominante não pode possuir tudo ao mesmo tempo? No século XVII, Amsterdam triunfa, mas o centro do barroco que invade a Europa, desta vez, é Roma; quando muito, Madri. Tampouco Londres, no século XVIII, empunhará o cetro cultural. O abade Le Blanc, que visita a Inglaterra entre 1733 e 1740, ao falar de Christopher Wren¹⁰⁷, o arquiteto da catedral de St. Paul, em Londres, observa que "quase com as mesmas proporções, que ele observou mal, limitou-se a reduzir a planta de São Pedro de Roma em dois terços da sua grandeza". Seguem-se comentários pouco lisonjeiros a respeito das casas de campo inglesas que são "ainda ao gosto italiano, mas nem sempre o aplicaram devidamente"¹⁰⁸. Nesse século XVIII, a Inglaterra está impregnada, mais ainda do que da cultura italiana, de contribuições de uma França culturalmente em expansão, à qual se reconhece a supremacia do espírito, da arte e da moda, talvez para a consolar por



Prestígio da França e de Veneza no século XVIII: em Nymphenburg, Versalhes bávaro, em 1746, as gôndolas de uma festa a veneziana. (Castelo de Nymphenburg, Munique, Col. A. Colin)

não deter o cetro do mundo. “Os ingleses gostam da nossa língua o suficiente para se deleitar lendo Cícero mesmo em francês”¹⁰⁹, escreve ainda o abade Le Blanc. E, agastado por lhe encherem os ouvidos com o número de criados franceses empregados em Londres, responde: “Se em Londres vocês acham tantos franceses para servi-los, é porque os seus têm a mania de andar vestidos, frisados e empoados como nós. Adoram as nossas modas e pagam bem a quem os ensine a se ataviar com os nossos Ridículos”¹¹⁰. Assim, Londres, no centro do mundo, a despeito do brilho da sua própria cultura, multiplica nesse campo as concessões e as imitações da França. Diga-se de passagem que nem sempre de bom humor, pois conhecemos, por volta de 1770, uma sociedade de *Antigallicans* “cujo primeiro voto é não usar no vestir qualquer obra de fabricação francesa”¹¹¹. Mas o que pode uma sociedade contra a corrente da moda? A Inglaterra, estimulada pelos seus progressos, não arranha a realeza intelectual de Paris e toda a Europa até Moscou se cumplicia para que o francês se torne a língua das sociedades aristocráticas e veículo do pensamento europeu. Do mesmo modo, no fim do século XIX, no princípio do século XX, a França, grandemente a reboque da Europa econômica, é o centro indubitável da literatura e da pintura do Ocidente; a primazia musical da Itália, depois da Alemanha, exerceu-se em épocas que nem a Itália nem a Alemanha dominavam economicamente a Europa; e, ainda hoje, o formidável avanço econômico dos Estados Unidos não os colocou à frente do universo literário ou artístico.

Todavia, e desde sempre, a técnica (quando não, forçosamente, a ciência) desenvolve-se de preferência nas zonas dominadoras do mundo econômico. O Arsenal de Veneza é o centro da técnica, ainda no século XVI. A Holanda, depois a Inglaterra herdaram cada qual por sua vez esse duplo privilégio. Está hoje nos Estados Unidos. Mas a técnica talvez seja apenas o corpo, não a alma das civilizações. É lógico que ela seja favorecida pelas atividades industriais e pelos salários altos das zonas mais avançadas da economia. Em contrapartida, a ciência talvez não seja privilégio de nenhuma nação. Pelo menos no passado recente. Hoje, tenho minhas dúvidas.

O modelo da economia-mundo certamente é válido

O modelo de análise proposto por Wallerstein e que apresentamos em suas linhas gerais e em seus principais aspectos, como todas as teses com certa repercussão, suscitou, desde a sua publicação em 1975, elogios e críticas. Procuraram-se, e encontraram-se, mais antecedentes para ele do que se poderia imaginar. Acharam-lhe aplicações e implicações múltiplas: mesmo as economias nacionais reproduzem o esquema geral, estão semeadas, permeadas de regiões autônomas, poder-se-ia dizer que o mundo está semeado de “periferias”, entendendo-se por tal regiões, zonas, faixas de economias subdesenvolvidas. No quadro restrito desses modelos aplicados a espaços “nacionais” determinados, encontram-se exemplos em aparente contradição com a tese geral¹¹², como a Escócia, “periferia” da Inglaterra, que dá o arranque, decola economicamente no final do século XVIII. No que se refere ao fracasso imperial de Carlos V, em 1557, pode-se preferir a minha explicação à de

Wallerstein, ou mesmo censurá-lo, o que fiz implicitamente, por não ter observado o suficiente, através do crivo do seu modelo, realidades outras que não as da ordem econômica. Como ao primeiro livro de Wallerstein devem seguir-se outros três, como o segundo, de que já li uma parte de boas páginas, está pronto e os dois últimos chegarão até a época contemporânea, temos tempo de voltar à boa fundamentação, às novidades e às limitações de uma visão sistemática, talvez demasiado sistemática, mas que se revelou fecunda.

E é este sucesso que importa sublinhar. A maneira como a desigualdade do mundo dá conta do avanço, do enraizamento do capitalismo, explica que a região central se encontre acima de si própria, à frente de todos os progressos possíveis; que a história do mundo seja um cortejo, uma procissão, uma coexistência de modos de produção que temos excessiva tendência para considerar na sucessão das eras da história. Com efeito, esses diferentes modos de produção estão amarrados uns aos outros. Os mais avançados dependem dos mais atrasados e vice-versa: o desenvolvimento é a outra face do subdesenvolvimento.

Immanuel Wallerstein conta que chegou à explicação da economia-mundo ao procurar a unidade de medida mais extensa e que, por outro lado, se mantenha coerente. Mas, evidentemente, na luta que esse sociólogo, africanista ainda por cima, trava contra a história, a sua tarefa não está terminada. Dividir segundo o espaço é indispensável. Mas é necessário também uma unidade temporal de referência. Pois, no espaço europeu, sucederam-se várias economias-mundos. Ou melhor, a economia-mundo européia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias. Então não deveremos perguntar-nos qual é, para uma dada economia-mundo, a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito da sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência? De fato, sem coerência não há medida, quer se trate do espaço, ou do tempo.

A ECONOMIA-MUNDO EM FACE DAS DIVISÕES DO TEMPO

O tempo, tal como o espaço, divide-se. O problema será, através dessas divisões em que os historiadores são exímios, melhor situar cronologicamente e melhor compreender os monstros históricos que foram as economias-mundos. Tarefa na verdade pouco fácil, pois estas, na sua lenta história, admitem apenas datas aproximadas: determinada expansão pode fixar-se em mais ou menos dez ou vinte anos, ou mais; determinada centragem ou recentragem leva mais de um século para se completar. Bombaim, cedida aos ingleses pelo governo português em 1665, espera mais de um século para suplantat a praça comercial de Surat, em torno da qual girara durante muito tempo a atividade da Índia ocidental¹¹³. Estamos portanto em presença de histórias vagarosas, de viagens que nunca se completam e tão pouco férteis em acidentes reveladores, que nos arriscamos a não saber reconstituir-lhes o trajeto. Esses corpos enormes, quase imóveis, desafiam o tempo: a história leva séculos para construí-los e para destruí-los.

Outra dificuldade: a história conjuntural oferece-nos e impõe-nos os seus serviços, pois só ela pode iluminar nosso caminho. Ora ela se interessa bem mais pelos movimentos e pelos tempos curtos do que pelas flutuações e oscilações lentas que são os “indicadores” de que necessitamos. Teremos, portanto, numa explicação prévia, que ultrapassar estes movimentos curtos, aliás os mais fáceis de detectar e de interpretar.

Os ritmos conjunturais

Há uns cinqüenta anos as ciências humanas descobriram uma verdade, ou seja, que toda a vida dos homens flutua, oscila, ao sabor de movimentos *periódicos*, infinitamente repetidos. Estes movimentos, em concordância ou em conflito, evocam as imagens de cordas ou lâminas vibratórias pelas quais se inicia nossa aprendizagem escolar. G. H. Bousquet¹¹⁴ dizia, já em 1923: “Os diversos aspectos do movimento social [têm] uma forma ondulada, rítmica, não invariável ou com variações regulares, mas com períodos em que [sua] intensidade diminui ou aumenta”. Por “movimento social” devemos entender todos os movimentos que animam uma sociedade, constituindo o conjunto destes movimentos *a*, ou melhor, *as* conjunturas. Pois, há múltiplas conjunturas, que afetam a economia, a política, a demografia, mas também as tomadas de consciência, as mentalidades coletivas, uma criminalidade com seus altos e baixos, as sucessivas escolas artísticas, as correntes literárias, até as modas (a do vestuário, tão fugaz no Ocidente, onde está ligada estritamente ao factual). Só a conjuntura econômica foi estudada a sério, quando não levada às suas últimas conclusões. A história conjuntural é portanto muito complexa e incompleta. E perceberemos isso no momento de tirar conclusões.

Por agora, ocupemo-nos apenas da conjuntura econômica, sobretudo a dos preços, pela qual se iniciou uma enorme pesquisa. Sua teoria foi estabelecida por

volta de 1929-1932 pelos economistas, segundo os dados atuais. Os historiadores seguiram seus passos: graças a nós, a elucidação foi subindo a encosta do tempo. Inferiram-se noções, conhecimentos, toda uma linguagem. O movimento oscilatório de conjunto foi dividido em movimentos particulares, distinguindo-se cada um deles com seu indicador, seu período, seu significado eventual¹¹⁵.

O movimento sazonal, que ocasionalmente ainda tem um papel a desempenhar (como na época da seca do verão de 1976), em geral submerge nas nossas densas economias atuais. Mas, no passado, não era tão apagado, pelo contrário: más colheitas ou penúrias podiam, em alguns meses, criar uma inflação comparável à revolução dos preços de todo o século XVI! Os pobres viam-se obrigados a viver o mais restritamente possível até a colheita seguinte. A única vantagem do movimento era a de desaparecer depressa. Depois da tempestade, como diz Witold Kula, o camponês polaco, tal como o caracol, saía de novo da casca¹¹⁶.

Os outros movimentos, é preferível dizer *ciclos*, implicam períodos bastante mais longos. Para os distinguir, foram-lhes atribuídos nomes de economistas: o *Kitchin* é um ciclo curto de 3 ou 4 anos; o *Juglar*, ou ciclo intradecenal (o calcanhar-de-aquiles da economia do *Ancien Régime*), dura entre 6 e 8 anos; o *Labrousse* (também chamado *interciclo* ou *ciclo interdecenal*) dura 10 a 12 anos, ou até mais; é a sucessão da curva descendente de um Juglar (isto é, 3 ou 4 anos) e de um Juglar completo que falha o seu movimento de ascensão e se torna plano: isto é, ao todo, meio Juglar mais um Juglar inteiro. O exemplo clássico do *Labrousse* é o interciclo que impõe a sua depressão e a sua estagnação de 1778 a 1791, no limiar da Revolução Francesa para cujo desencadeamento certamente contribuiu. O hiperciclo ou *Kuznets*, duplo ciclo de Juglar, dura, por sua vez, uns vinte anos. O *Kondratieff*¹¹⁷ avalia-se em meio século ou mais: um Kondratieff inicia-se em 1791, culmina por volta de 1817 e regride até 1851, quase até o limiar do que seria, na França, o Segundo Império (1852-1870). Enfim, não há movimento cíclico mais longo do que o *trend* secular, na verdade muito pouco estudado, e ao qual logo voltarei mais detidamente. Enquanto ele não for examinado com rigor e não for recuperado em toda a sua importância, a história conjuntural, por mais obras que tenha inspirado, permanecerá terrivelmente incompleta.

Claro que todos estes ciclos são contemporâneos, sincrônicos; eles coexistem, misturam-se, somam os seus movimentos ou subtraem-nos às oscilações do conjunto. Mas, mediante um jogo tecnicamente fácil, podemos dividir o movimento global em movimentos particulares, fazer desaparecer estes ou aqueles em benefício apenas de um movimento privilegiado que se deseje esclarecer.

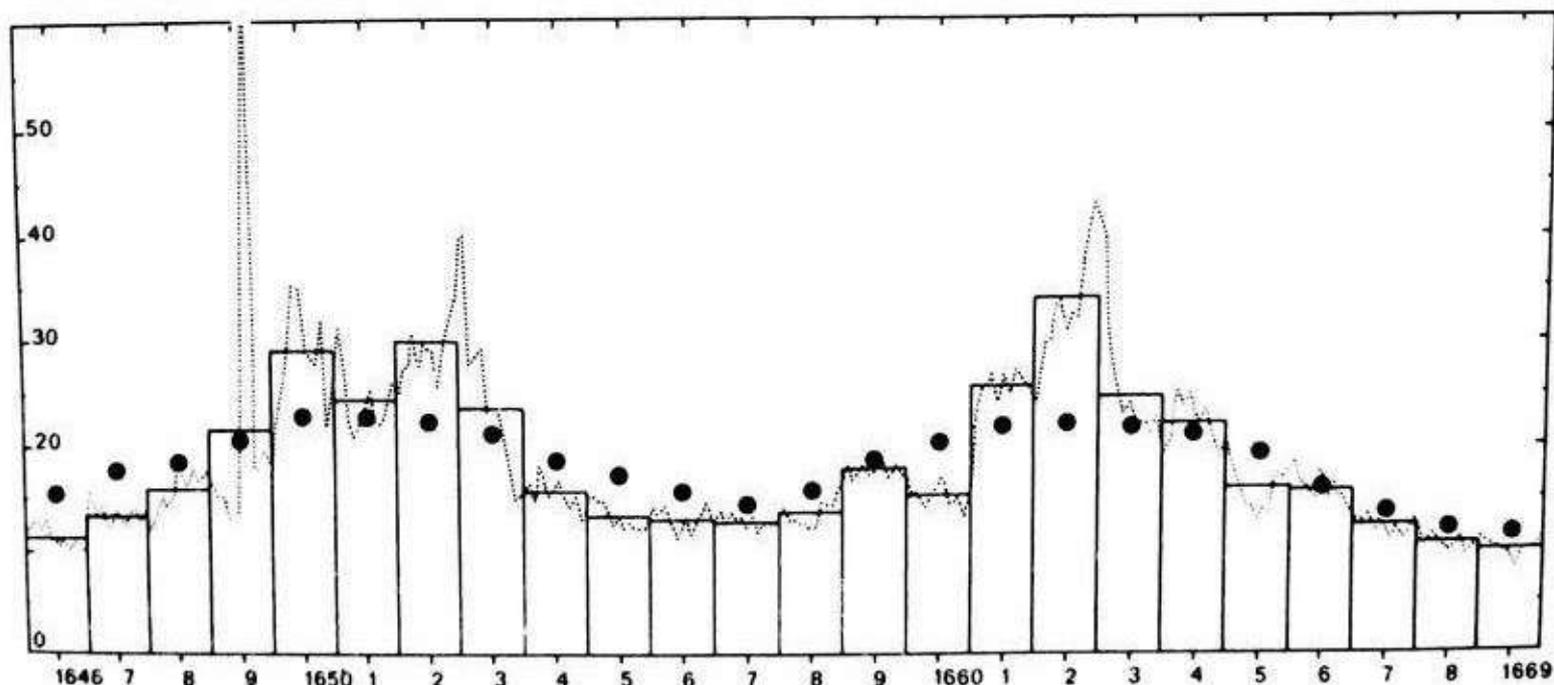
O problema decisivo, de início, é saber se os ciclos detectados pela observação econômica atual existem ou não nas economias antigas, pré-industriais. Por exemplo, terá havido Kondratieff antes de 1791? Diz-nos um historiador, com muita malícia, que, quando procuramos antes do século XIX esta ou aquela forma de ciclo, temos quase a certeza de encontrá-la¹¹⁸. O alerta é útil, sob condição de não ignorar a importância do que está em jogo. Com efeito, embora os ciclos atuais se assemelhem bastante aos ciclos de outrora, há uma certa continuidade entre economias antigas e economias novas: podem ter atuado regras análogas às que encontramos associadas às experiências atuais. E se o leque das flutuações se abre diferentemente, se elas funcionam de maneira diferente umas em relação às outras,

pode-se observar uma evolução significativa. Não creio, portanto, que a detecção, por Pierre Chaunu, de ciclos de Kitchin nos tráficos do porto sevilhano do século XVI seja um detalhe sem conseqüências¹¹⁹. Ou que os Kondratieff que se sucedem nas curvas de preços dos cereais e do pão em Colônia¹²⁰, de 1368 a 1797, não constituam um testemunho decisivo sobre esse problema primordial da continuidade.

Flutuações e espaços de ressonância

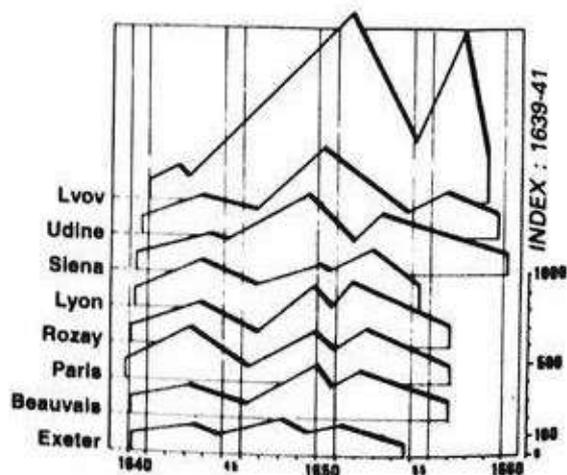
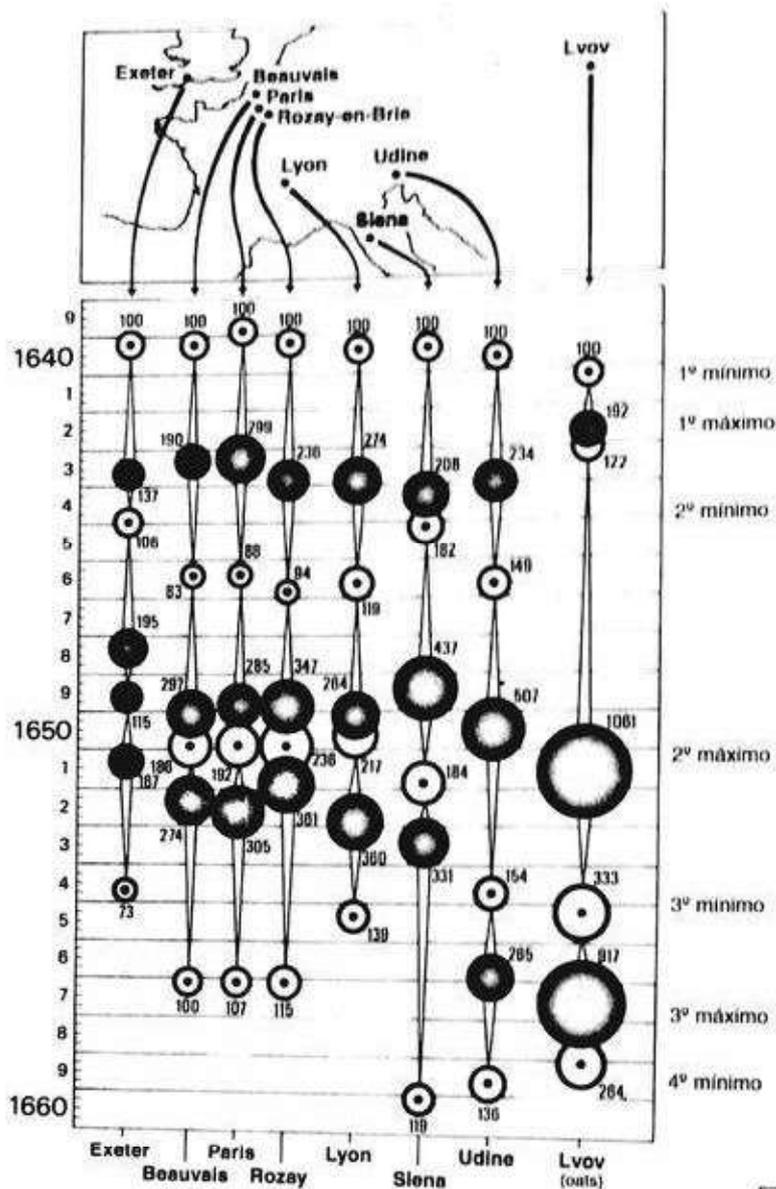
Os preços (para os séculos pré-industriais utilizamos de preferência os preços dos cereais) variam incessantemente. Observáveis desde cedo, essas flutuações são sinal da instalação precoce, na Europa, de redes de mercados, já que essas flutuações se apresentam de forma quase sincrônica em territórios bastante vastos. A Europa dos séculos XV, XVI e XVII, embora longe de um concerto perfeito, obedece já, com toda a evidência, a ritmos de conjunto, a uma ordem.

E foi precisamente o que desencorajou o historiador dos preços e salários: ele procurava reconstituir séries inéditas, mas era sempre, para voltar a ouvir, termina-



7. COMO DECOMPOR OS PREÇOS EM DIVERSOS MOVIMENTOS

Sobrepostos neste gráfico, três registros diferentes dos preços do sesteiro de frumento nos Halles de Paris:
 — em pontilhado, o movimento mensal. Bastante calmo em anos normais, eleva-se em tempos de escassez e dificuldades de abastecimento;
 — em traço cheio, o movimento em escada das médias anuais calculadas por anos-colheitas (agosto-julho): alternância dos anos ruins (1648-1649 a 1652-1653; a Fronça, 1661-1662; o advento de Luís XIV) e das boas colheitas;
 — em pontos grandes, calculados a partir das médias móveis em sete anos, os movimentos cíclicos (1645-1646 a 1655-1656 e 1656-1667 a 1668-1669). A passagem para estes grandes movimentos cíclicos incorpora a flutuação dos preços nas evoluções do trend secular.



8. HÁ ONDAS DE PROPAGAÇÃO DOS PREÇOS?
AS CRISES DO TRIGO NA EUROPA, 1639-1660

No gráfico da esquerda, imaginado e realizado por Frank Spooner (Cambridge Economic History, 1967, IV, p. 468), os círculos pretos assinalam os máximos de quatro crises sucessivas; estas assolam todo o espaço europeu, do Atlântico à Polónia. A base 100 corresponde ao período que vai do último trimestre de 1639 ao primeiro trimestre de 1641. O segundo gráfico, embaixo (Laboratório da École des Hautes Études), representa esquematicamente as mesmas ondas de preços.

do o trabalho, uma canção já conhecida. O que uma investigação diz, a seguinte repete. O mapa da página ao lado, tirado da *Cambridge Modern Economic History*¹²¹, mostra esses uníssonos, como se as ondas de preços, algumas convexas e outras côncavas, se propagassem através do espaço europeu, a ponto de se poder representar o seu traçado no solo como em mapas de meteorologia se representa o deslocamento das curvas isobáricas. Frank C. Spooner tentou tornar visível este processo e o gráfico que concebeu ilustra bastante bem o problema, embora não o resolva. Com efeito, para o resolver seria necessário detectar o epicentro dessas ondas em movimento, supondo que ele exista. Será plausível? Para Pierre Chaunu, “se existe um primeiro esboço de economia-mundo no século XVI..., a universalidade das flutuações [parece] realmente nascer em algum lugar entre Sevilha e Vera Cruz”¹²². Se fosse preciso escolher, eu antes veria essa vibração conjuntural nascer, pelo menos repercutir-se a partir de Antuérpia, a cidade do Escalda estando então no centro das trocas da Europa. Mas talvez a realidade seja complicada demais para admitir um centro único, seja ele qual for.

Estes preços que flutuam quase juntos são, em todo caso, o melhor testemunho da coerência de uma economia-mundo penetrada pela troca monetária e que se desenvolve sob o signo já organizador do capitalismo. A rapidez de sua propagação, de sua “equilíbrio”, é a prova da eficácia das trocas, à velocidade permitida pelos meios de transporte da época. Mas nem por isso os correios especiais deixam de se apressar, exaurindo seus cavalos na corrida para as grandes praças de mercado, depois de cada feira internacional, levando notícias úteis, a lista das cotações, mais os maços de letras de câmbio cujo destino é correr. E as más notícias, principalmente o anúncio de penúrias locais, ou de falências comerciais mesmo distantes, têm asas. Em Livorno, porto ativo mas certamente não um centro da vida europeia, em setembro de 1751¹²³, “o grande número de falências ocorridas em diversas cidades causou um mal considerável ao comércio desta, que acaba de receber novo golpe com a bancarrota que os senhores Leake e Prescott declararam em S. Petersburgo, e que se diz ser de quinhentos mil rublos. Teme-se que [o comércio de Livorno] também sofra muito com a resolução tomada pelos genoveses de restabelecer as taxas do porto de Gênova”. Tais notícias nos fazem constatar a unidade e, forçosamente, a unidade conjuntural da Europa. Tudo se move mais ou menos compassadamente. Mas o mais curioso é que o ritmo da conjuntura europeia transcende os limites estritos da sua economia-mundo, que ela já tem, fora das suas fronteiras, um certo poder de telecomando. Os preços de Moscou, na medida em que os conhecemos, alinham-se, no século XVI, pelos do Oeste, provavelmente por intermédio dos metais da América que, lá como em outros lugares, servem de “correias de transmissão”. Também os preços otomanos, e pelas mesmas razões, estão em concordância com os da Europa. A América, pelo menos a Nova Espanha e o Brasil, onde os preços flutuam, segue também esse modelo longínquo. Louis Dermigny chega a escrever: “A correlação Atlântico-Pacífico demonstrada por Pierre Chaunu¹²⁴ não vale só para Manila”¹²⁵. Com efeito, o preço europeu propagaria seu ritmo até mesmo para além da rota do galeão de Manila, particularmente até Macau. E sabemos, graças aos estudos de Aziza Hazan, que também na Índia a inflação europeia do século XVI teve eco, com uma defasagem que seria de uns vinte anos¹²⁶.

É evidente o interesse destas constatações: se o ritmo dos preços imposto ou retransmitido é verdadeiramente sinal de dominação ou de vassalagem, como penso, a irradiação da economia-mundo criada a partir da Europa ultrapassa muito cedo os limites mais ambiciosos que se possa atribuir-lhe. E isso nos faz voltar a atenção para as *antenas* que uma economia-mundo vencedora lança para além de si própria, verdadeiras linhas de alta tensão de que o comércio do Levante certamente é o melhor exemplo. Tentemos (inclusive I. Wallerstein) a subestimar este tipo de trocas, a considerá-las acessórias por incidirem apenas sobre objetos de luxo, a tal ponto que poderiam ser suprimidas sem qualquer prejuízo para a vida das populações. Sem dúvida. Mas, alojadas no coração do mais sofisticado capitalismo, têm *conseqüências* que, essas sim, se ramificam até a vida mais cotidiana. Sobre os preços, mas não apenas sobre eles. Também isso volta nossa atenção, uma vez mais, para a moeda e para os metais preciosos, instrumentos de dominação, armas de guerra mais do que se costuma admitir.

O trend secular

Na lista dos ciclos, o recorde de duração é do *trend* secular, da tendência secular, certamente o mais desprezado de todos os ciclos. Em parte porque os economistas, geralmente, só se interessam pela conjuntura curta — “uma análise de longo período puramente econômica não tem sentido”, escreve André Marchal¹²⁷. Em parte porque a sua lentidão o dissimula. Ele se apresenta como um piso em que se apoiaria o conjunto dos preços. Se o piso se inclina ligeiramente para cima ou para baixo ou permanece horizontal, notar-se-ia muito, uma vez que os outros movimentos dos preços, os da conjuntura breve, sobrepõem a essa curva de base suas linhas muito mais movimentadas, com subidas e descidas abruptas? Não será o *trend* secular de certo modo apenas o resíduo dos outros movimentos, o que resta quando os eliminamos pelo cálculo? Promovê-lo ao papel de “indicador” (não digo ainda de causa eficiente) não seria correr o risco (como para as fases A e B de Simiand, mas com uma amplitude cronológica muito diferente) de ocultar os problemas reais? E, afinal, o *trend* secular existe?

Vários economistas, vários historiadores não estão longe de afirmar que *não*. Ou, mais simplesmente, penso eu, de fazer como se ele não existisse. E se estes prudentes e estes céticos estiverem errados? A abertura, evidente desde 1974 mas iniciada já antes dessa data, de uma crise longa, anormal, desconcertante, acaba de fazer, de repente, a atenção dos especialistas voltar-se para o longo prazo. Léon Dupriez abriu fogo multiplicando advertências e constatações. Michel Lutfalla fala até mesmo de “uma volta a Kondratieff”. Por sua vez, Rondo Cameron¹²⁸ propõe ciclos por ele batizados de “logísticos”, de 150 a 350 anos de duração. Mas, denominações à parte, em que eles diferem verdadeiramente do *trend* secular? O momento, portanto, é propício para nos arriscarmos a nos pronunciar a favor do *trend* secular.

Pouco perceptível no momento, mas seguindo seu caminho, sempre numa mesma direção, o *trend* é um processo *cumulativo*. Acrescenta-se a si mesmo; tudo

se passa como se ele fosse elevando pouco a pouco a massa dos preços e das atividades econômicas até o momento em que, no sentido inverso, com a mesma obstinação, põe-se a trabalhar por sua baixa geral, imperceptível, lenta, mas prolongada. Ano a ano, ele quase não conta; século após século, revela-se um ator importante. Assim, se tentássemos medir melhor o *trend* secular e sobrepô-lo sistematicamente à história européia (como Wallerstein lhe sobrepôs o esquema espacial da economia-mundo), poderíamos extrair certas explicações a propósito das correntes econômicas que nos arrastam, a que somos submetidos, ainda hoje, sem que sejamos capazes de compreendê-las exatamente nem de termos certeza quanto aos remédios a lhes aplicar. Não tenho, obviamente, nem a intenção nem a possibilidade de improvisar uma teoria do *trend* secular; no máximo, tentarei retomar os dados dos livros clássicos de Jenny Griziotti Krestchmar¹²⁹ e de Gaston Imbert¹³⁰ e assinalar as suas eventuais conseqüências. Uma maneira de definir os problemas, não de os resolver.

Um ciclo secular, como qualquer outro ciclo, tem um ponto de partida, um pico, um ponto de chegada, mas sua determinação, dado o traçado pouco acidentado da curva secular, mantém-se bastante aproximativa. Se pensarmos em seus picos, diremos *cerca de 1350, cerca de 1650...* Segundo os dados atualmente admitidos¹³¹, distinguem-se quatro ciclos seculares sucessivos *no que se refere à Europa*: 1250 [1350] 1507-1510; 1507-1510 [1650] 1733-1743; 1733-1743 [1817] 1896; 1896 [1974?].... A primeira e a última data de cada um desses ciclos marcam o início da subida e o fim da descida; a data média entre colchetes assinala o ponto culminante, lugar das inversões da tendência secular, o que equivale a dizer *da crise*.

De todos esses marcos cronológicos, o primeiro é, de longe, o menos seguro. Em vez de 1250, eu escolheria, como ponto de partida, o princípio do século XII. A dificuldade vem de que o registro dos preços, muito imperfeito nesses tempos distantes, não dá qualquer certeza, mas o início da enorme expansão dos campos e das cidades do Ocidente, as expedições das cruzadas, aconselhariam a recuar em pelo menos cinquenta anos o início do impulso europeu.

Esta discussão e essas definições não são vãs: indicam de antemão que é difícil, por dispormos apenas de três ciclos seculares e estando o quarto (se não estivermos enganados quanto à ruptura dos anos setenta) apenas na metade do seu percurso, julgar sobre a duração comparada desses ciclos. Parece, porém, que essas intermináveis ondas de fundo tendem a se abreviar. Deveremos atribuir o fato a uma aceleração da história a que podemos atribuir muito, até demais, como se atribui aos ricos?

Não é esse o nosso problema. É, repetimos, saber se esse movimento ilegível para os contemporâneos registra, ou pelo menos esclarece, o destino longo das economias-mundos; se estas, a despeito do seu peso e da sua duração, ou por causa do seu peso e da sua duração, chegam a esses movimentos, os mantêm, submetem-se a eles e, explicando-os, explicam-se através deles. Seria ótimo se fosse exatamente assim. Sem forçar a explicação e para abreviar o debate, contentar-me-ei em colocar-me nos sucessivos observatórios oferecidos pelos picos de 1350, 1650, 1817 e 1973-1974. Em princípio, esses observatórios situam-se na junção de dois processos, de duas paisagens contraditórias. Não os escolhemos, mas os aceitamos a partir de cálculos que não fomos nós que fizemos. Seja como for, é um fato que as ruptu-

ras que eles registram voltam a encontrar-se, decerto não por acaso, nas periodizações de diversas ordens adotadas pelos historiadores. Se elas correspondem também a rupturas significativas da história das economias-mundos européias, não é por termos forçado nossas observações em um sentido ou outro.

Uma cronologia explicativa das economias-mundos

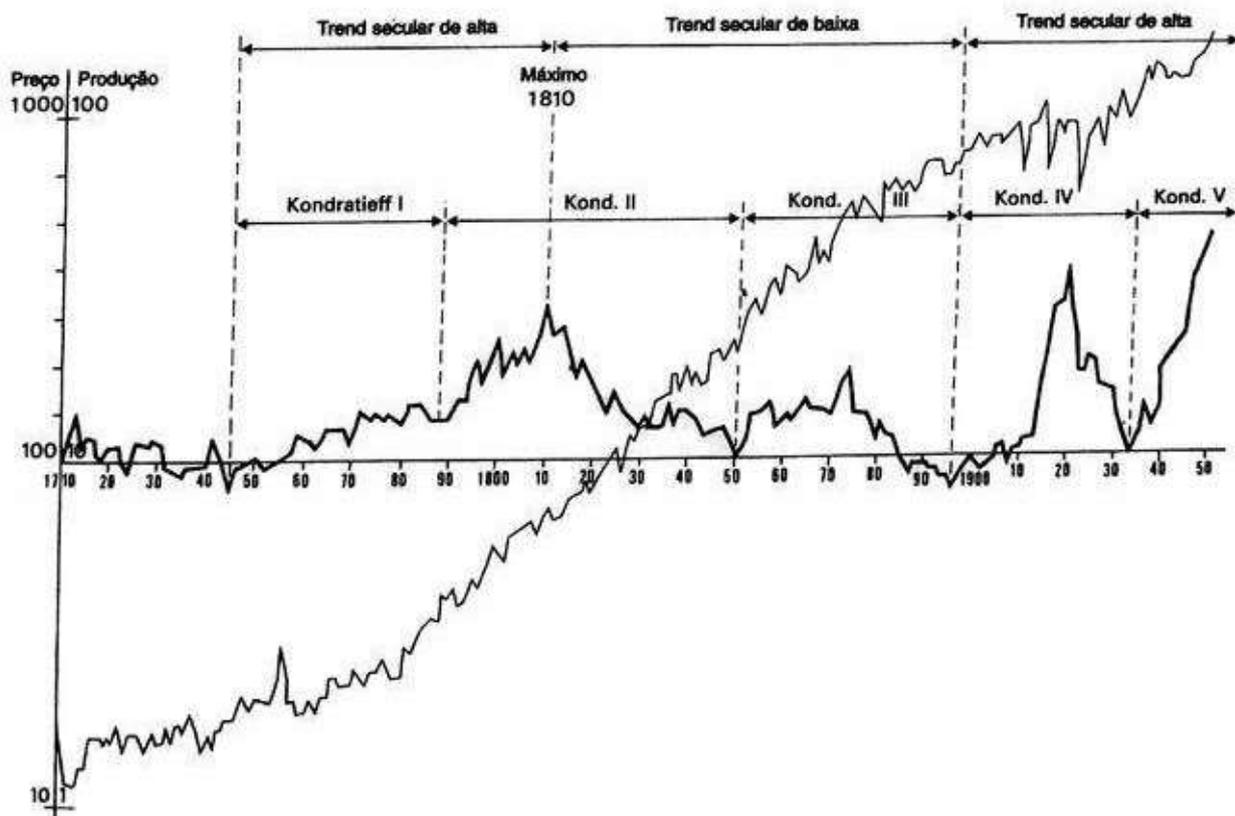
O horizonte que se descobre a partir desses quatro picos não pode explicar toda a história da Europa, mas se esses pontos tiverem sido judiciosamente identificados, deverão sugerir e quase garantir, uma vez que correspondem a situações análogas, comparações úteis através do conjunto das experiências em questão.

Em 1350, a Peste Negra acrescenta suas calamidades à lenta e poderosa desaceleração iniciada muito antes do meio do século. A economia-mundo européia dessa época junta à Europa terrestre central e ocidental os mares do Norte e o Mediterrâneo. Com toda a evidência, esse sistema Europa-Mediterrâneo passa por uma crise profunda; a Cristandade, perdendo o gosto ou a possibilidade das Cruzadas, esbarra na resistência e na inércia do Islã, a quem cedeu o último posto importante da Terra Santa, São João de Acre, em 1291; em 1300, as feiras de Champagne, a meio caminho entre o Mediterrâneo e o mar do Norte, estão em declínio; em 1340, interrompe-se, o que é sem dúvida igualmente grave, a rota "mongol", a rota da seda, via de comércio livre para Veneza e para Gênova, para além do mar Negro até a Índia e a China. O anteparo islâmico transposto por essa via de troca volta a ser uma realidade e impõe-se aos navios cristãos a obrigação de regressarem aos portos tradicionais do Levante, na Síria e no Egito. Por volta de 1350, a Itália começa também a se industrializar. Ela tingia o pano cru do Norte para o revender no Oriente, mas começa a fabricá-lo. A *Arte della Lana* vai dominar Florença. Em suma, já não estamos na época de S. Luís. O sistema europeu, que se dividira entre o pólo nórdico e o pólo mediterrânico, pende para o Sul e afirma-se a primazia de Veneza: operou-se uma centragem a seu favor. A economia-mundo que gira a seu redor vai assegurar a sua prosperidade relativa, em breve esplendorosa numa Europa enfraquecida, em evidente regressão.

Trezentos anos mais tarde, em 1650, termina (depois de um "verão de São Martinho" entre 1600 e 1630-1650) a prolongada prosperidade do longo século XVI. É a América mineira que protesta? Ou a conjuntura que prega uma de suas peças? Uma vez mais, num ponto preciso do tempo, identificado como uma inversão secular, uma *grande* degradação da economia-mundo é visível. Enquanto o sistema mediterrânico já tinha acabado de se deteriorar, a começar pela Espanha e pela Itália, demasiado ligadas aos metais preciosos da América e às finanças do imperialismo dos Habsburgo, o novo sistema atlântico, por sua vez, se desregula, entra em pane. Este refluxo geral é a "crise" do século XVII, tema clássico de disputas, mas sem conclusões. Ora, é o momento em que Amsterdam, já no centro do mundo quando começa o século XVII, instala-se nele triunfalmente. Doravante, o Mediterrâneo está efetivamente fora da grande história de que tivera, durante séculos, a propriedade quase exclusiva.

1817: a exatidão da data não deve criar ilusões. A inversão secular anuncia-se na Inglaterra a partir de 1809, 1810; na França, com as crises dos últimos anos da experiência napoleônica. E, para os Estados Unidos, 1812 é o verdadeiro início da mudança de tendência. Também as minas de prata do México, esperança e cobiça da Europa, são atingidas brutalmente pela revolução de 1810 e, se não se recuperam em seguida, a conjuntura tem alguma responsabilidade. E na Europa e no mundo está em falta o metal branco. O que se abala, então, é uma ordem econômica do mundo todo, da China às Américas. A Inglaterra está no centro desse mundo e é inegável que ela sofre, apesar da sua vitória, que levará anos para recuperar o fôlego. Mas tomou o primeiro lugar que ninguém lhe contesta (a Holanda desapareceu do horizonte), que ninguém lhe poderia arrebatá-lo.

E 1973-1974?, perguntarão. Trata-se de uma crise curta da conjuntura, como parecem acreditar a maioria dos economistas? Ou teremos o privilégio, aliás bem pouco invejável, de ver com nossos olhos o século declinar? Assim sendo, as políticas de curto prazo, admiravelmente pontuais, dos príncipes da política e dos especialistas da economia correriam o risco de ser inúteis para curar uma doença cujo fim os filhos dos nossos filhos não veriam. A atualidade nos faz sinal incitando-nos



9. CICLOS KONDRATIEFF E TREND SECULAR

Este gráfico destaca, a propósito dos preços ingleses de 1700 a 1950, os dois movimentos: ciclos Kondratieff e trend secular. Acrescentou-se a curva da produção; note-se a sua discordância com relação à curva dos preços. (Segundo Gaston Imbert, Des mouvements de longue durée Kondratieff, 1959, p. 22)

imperiosamente a colocar a questão. Mas, antes de cedermos a esse comando, é preciso abrir um parêntese.

Kondratieff e trend secular

O *trend* secular, já o dissemos, acarreta movimentos que não têm nem seu fôlego, nem sua longevidade, nem sua discrição. Jorram verticalmente, são vistos facilmente, mostram-se. A vida cotidiana, hoje como ontem, é atravessada por esses movimentos vivos, que deveriam ser todos acrescentados ao *trend* para se avaliar seu conjunto. Mas, para o nosso objetivo, limitar-nos-emos a introduzir apenas os respeitáveis Kondratieff que, também eles, têm fôlego, uma vez que a cada um corresponde, *grosso modo*, um bom meio século, o tempo de duas gerações, uma em boa, outra em má conjuntura. Se juntarmos esses dois movimentos, o *trend* secular e o Kondratieff, disporemos de uma música conjuntural longa, em duas vozes. Isso complica nossa primeira observação, mas também a reforça, porquanto os Kondratieff, contrariamente ao que se costuma dizer, não surgem no teatro europeu em 1791, mas séculos antes.

Acrescentando os seus movimentos à subida ou à descida do *trend* secular, os Kondratieff ou o reforça ou o atenuam. Uma em cada duas vezes, o pico de um Kondratieff coincide com um pico do *trend*. É o que acontece em 1817. É o que acontece (se não me engano) em 1973-1974; talvez em 1650. Entre 1817 e 1971, teria havido dois picos independentes de Kondratieff: 1873, 1929. Se estes dados estivessem ao abrigo de qualquer crítica, o que certamente não é o caso, diríamos que em 1929 a ruptura, na origem da crise mundial, foi apenas a inversão de um Kondratieff simples, tendo o seu ramo ascendente, com origem no ano de 1896, atravessado os últimos anos do século XIX, a Primeira Guerra Mundial e os dez anos cinzentos do pós-guerra, para chegar ao pico de 1929. A inversão de 1929-1930 surpreendeu tanto os observadores e os especialistas, estes ainda mais perplexos do que aqueles, que se tentou um imenso esforço de compreensão, do qual o livro de François Simiand constitui uma das melhores provas.

Em 1973-1974, houve uma inversão de um novo Kondratieff cuja origem se situa por volta de 1945 (isto é, um ramo ascendente de cerca de um quarto de século, segundo a normal), mas não terá havido além disso, como em 1817, uma inversão do movimento secular, portanto uma dupla inversão? Sou tentado a acreditar que sim, embora nada o demonstre. E se este livro cair algum dia nas mãos de um leitor, depois do ano 2000, talvez ele se divirta com estas linhas, como eu me diverti, com um pouco de consciência pesada, com uma bobagem saída da pena de Jean-Baptiste Say.

Dupla ou simples, a inversão dos anos de 1973-1974 abriria uma longa regressão. Aqueles que viveram a crise de 1929-1930 guardaram a lembrança de um furacão inesperado, sem precedentes e relativamente breve. A crise atual, que não nos larga, é mais sinistra, como se não conseguisse mostrar seu verdadeiro rosto, encontrar seu nome e o modelo que a explicasse e nos tranqüilizasse; não é o furacão, é antes a inundação, com a subida lenta e desesperadora das águas ou o céu obstina-

damente carregado de nuvens. Todas as camadas da vida econômica, todas as lições da experiência, presentes e passadas, são afetadas. Pois, paradoxalmente, há regressão, desaceleração da produção, desemprego, mas os preços continuam a subir em flecha, contrariamente às antigas regras. Nem por isso batizar o fenômeno de *estagflação* explica. O Estado, que por toda parte se faz passar por providência, que se tornara mestre das crises curtas seguindo as lições de Keynes e se julgava armado contra um retorno de catástrofes como a de 1929, será ele responsável pelas extravagâncias de crise em razão de seus próprios esforços? Ou serão as defesas e a vigilância operárias a barreira que explica o aumento obstinado dos preços e dos salários apesar de tudo? Léon-H. Dupriez¹³² coloca essas questões sem poder resolvê-las. Não sabemos qual a última palavra e, tal como ele, o significado exato desses ciclos longos que parecem obedecer a certas leis ou regras tendenciais que desconhecemos.

A conjuntura longa explica-se?

Os economistas e os historiadores constatarem, descrevem os movimentos conjunturais, estão atentos à maneira como eles se sobrepõem, tal como a maré — diz-se a partir de François Simiand — leva no seu próprio movimento o movimento das ondas; estão também atentos às suas múltiplas conseqüências. E espantam-se sempre com sua amplitude e sua sempiterna regularidade.

Mas nunca tentaram explicar por que eles se impõem, se desenvolvem e se repetem. A única observação feita neste sentido diz respeito à oscilação dos Juglar, que, segundo Jevons, estaria ligada às manchas solares! Ninguém acreditará nesta correlação íntima. E como explicar os outros ciclos? Não apenas os que registram as variações de preços, mas os que dizem respeito à produção industrial (vejam-se as curvas de W. Hoffman), ou o ciclo do ouro brasileiro no século XVIII, ou o ciclo bisseccular da prata mexicana (1696-1900), as oscilações do tráfico do porto de Sevilha no tempo em que ele determina o ritmo de toda a economia do Atlântico. Sem contar os movimentos longos da população que coincidem com as variações do *trend* secular e talvez sejam tanto conseqüências como causas. Sem contar o fluxo dos metais preciosos, sobre o qual historiadores e economistas tanto trabalharam. Também aí, dada a densidade das ações e interações, convém desconfiar de um determinismo demasiado simples: a teoria quantitativa desempenha seu papel, mas eu acho, como Pierre Vilar, que qualquer crescimento econômico pode criar a sua moeda e o seu crédito¹³³.

Para deslindar, não digo resolver, o impossível problema, é preciso nos reportarmos em espírito aos movimentos vibratórios e periódicos da física elementar. O movimento é sempre a conseqüência de uma percussão externa e da resposta do corpo que a percussão fez vibrar, seja uma corda ou uma lâmina... As cordas do violino vibram sob o arco. Naturalmente, uma vibração pode acarretar outra: a tropa que marcha cadenciadamente deve romper o ritmo quando chega a uma ponte, senão a ponte também vibraria e, em determinadas condições, poderia quebrar como vidro. Imaginemos, portanto, na complexidade da conjuntura, um movimento repercutindo sobre outro, depois sobre um segundo, e assim sucessivamente.

O mais importante impacto é, decerto, o das causas externas, exógenas. A economia do *Ancien Régime*, como diz Giuseppe Palomba, está sujeita ao *calendário*, o que significa milhares de obrigações, de percussões devidas às colheitas, é óbvio; mas, para darmos um exemplo, inverno também não é a estação por excelência dos trabalhos do artesão? Há também, fora da vontade dos homens e das autoridades que os dirigem, as abundâncias e as penúrias, as oscilações do mercado capazes de se propagar, as flutuações do comércio longínquo e as conseqüências que ele acarreta para os preços “internos”: todo encontro do exterior com o interior é uma brecha ou um ferimento.

Mas tanto quanto a percussão externa conta o meio em que ela se exerce: qual é o corpo (palavra que não convém perfeitamente) que, sendo sede do movimento, impõe-lhe seu período? Guardei a lembrança distante (1950) de uma conversa com Urbain, professor de economia na universidade de Louvain, cuja preocupação constante era ligar a oscilação dos preços à superfície ou ao volume que ela afetava. Para ele, só os preços de uma mesma superfície vibratória eram comparáveis. Com efeito, o que vibra sob o impacto dos preços são redes previamente estabelecidas que, para mim, constituem as superfícies vibratórias por excelência, as *estruturas* dos preços (num sentido por certo não é exatamente o que lhe dá Léon-H. Dupriez). O leitor está vendo bem a afirmação à qual eu tendo: a economia-mundo é a superfície vibratória de maior extensão, aquela que não apenas acolhe a conjuntura, mas que, a uma certa profundidade, a um certo nível, a fabrica. Em todo caso, é ela que cria a *unicidade* dos preços em amplos espaços, tal como um sistema arterial distribui o sangue através de um corpo vivo. Ela é, em si, estrutura. Todavia, subsiste o problema de saber se, a despeito das coincidências que assinalai, o *trend* secular é, ou não, o indicador correto dessa superfície de escuta e de reflexão. Para mim, a vibração secular, inexplicável sem a superfície imensa mas limitada da economia-mundo, abre, rompe, volta a abrir os fluxos complexos da conjuntura.

Não tenho certeza de que a pesquisa histórica ou econômica esteja voltada hoje para esses problemas de grande envergadura. Dizia Pierre Léon¹³⁴: “Os historiadores ficaram quase sempre indiferentes ao longo prazo”.

No início da sua tese¹³⁵, Labrousse chegou mesmo a escrever: “Renunciamos a qualquer explicação do movimento de longo prazo”. Para o intervalo de um entreciclo, pode-se, evidentemente, desprezar o *trend* secular. Mas Witold Kula¹³⁶ mantém-se atento aos movimentos de longo prazo que, “pela sua ação cumulativa, provocam transformações da estrutura”. Só que está praticamente sozinho. Michel Morineau¹³⁷, na outra margem, pede que se devolva “ao tempo vivido seu sabor, sua densidade e sua substância factual”. E Pierre Vilar¹³⁸ que não se perca de vista o curto prazo, pois isso seria “encobrir sistematicamente os choques, as lutas de classes; estas, tanto no regime capitalista como na economia do *Ancien Régime*, são reveladas no curto prazo”. Não cabe tomar partido em tal discussão, uma discussão falsa, pois a conjuntura deve ser estudada em toda a sua espessura e seria lamentável não procurar os seus limites, de um lado no factual e no curto prazo, do outro no longo prazo e no secular. Curto prazo e longo prazo coexistem e são inseparáveis. Keynes, que construiu a sua teoria com base no curto prazo, disse, numa tirada muito repetida por outros que não ele: “A longo prazo estaremos todos mor-



A riqueza, no século XVI, é a acumulação de sacos de trigo. (Cânticos reais sobre a concepção, Paris, B.N., Ms. fr. 1537)

tos”, observação que, humor à parte, é banal e absurda. Pois vivemos ao mesmo tempo no curto prazo e no longo prazo: a língua que falo, o ofício que exerço, minhas crenças, a paisagem humana que me rodeia, eu herdei; existiam antes de mim, existirão depois de mim. Também não concordo com Joan Robinson¹³⁹, que acha que o curto período “não é um período de tempo, mas um certo estado das coisas”. Sendo assim, o que será do “longo período”? O tempo seria apenas aquilo que ele contém, aquilo que o povoa. Será possível? Mais razoavelmente, Beysade diz que o tempo não é “nem inocente, nem anódino”¹⁴⁰; embora não crie seu conteúdo, atua sobre ele, dá-lhe uma forma, uma realidade.

Ontem e hoje

Para terminar este capítulo, que pretende ser apenas uma introdução teórica, ou, se preferirmos, uma formulação de problemática, deveríamos construir passo a passo uma tipologia dos períodos seculares, os que estão em alta, os que estão em baixa e as crises que marcam os seus pontos altos. Nem a economia retrospectiva nem a mais ousada história nos darão apoio nesta operação. E, além do mais, é possível que os estudos futuros deixem pura e simplesmente de lado esses problemas que tento formular.

Nestes três casos (subida, crise, descida), teríamos de classificar e dividir segundo os três círculos de Wallerstein, o que já nos dá nove casos diferentes, e, como distinguimos quatro *conjuntos* sociais — economia, política, cultura, hierarquia social —, chegamos a 36 casos. Finalmente, é de se prever que uma tipologia regular nos deixaria na mão; seria preciso, se tivéssemos as informações idôneas, fazer a distinção entre casos particulares muito numerosos. Prudentemente, ficaremos no plano das generalidades, por mais discutíveis e frágeis remorsos que elas sejam.

Simplifiquemos, então, sem muitos remorsos. Sobre as crises, as linhas precedentes disseram o que havia a dizer. As crises marcam o início de uma destruturação: um sistema-mundo coerente que se desenvolveu com facilidade deteriora-se ou acaba de se deteriorar e um outro sistema vai nascer, com muitas tergiversações e atrasos. Essa ruptura apresenta-se como resultado de uma acumulação de acidentes, de avarias, de distorções. São estas passagens de um sistema para outro que tentarei esclarecer nos capítulos deste volume.

Se temos diante dos olhos as subidas seculares, então com certeza a economia e a ordem social, a cultura, o Estado se desenvolvem de forma evidente. Earl J. Hamilton, quando discutia comigo nos nossos longínquos encontros em Simancas (1927), costumava dizer: “No século XVI, todas as feridas se curam, todas as avarias se reparam, todos os recuos são compensados”, e isso em todos os domínios: a produção em geral é boa, o Estado tem os meios de ação, a sociedade deixa crescer o reduzido contingente da sua aristocracia, a cultura segue seu caminho, a economia, que apóia a ascensão da população, complica os seus circuitos; estes, prestando-se à proliferação da divisão do trabalho, favorecem a alta dos preços; aumentam

as reservas monetárias, os capitais acumulam-se. Por outro lado, toda alta é conservadora; ela protege o sistema existente; favorece *todas as economias*. É durante esses aumentos que se tornam possíveis muitas centragens, como, no século XVI, a partilha entre Veneza, Antuérpia e Gênova.

Com as quedas prolongadas e insistentes, a paisagem muda: as economias saudáveis só se encontram no centro da economia-mundo. Há recuo, concentração em benefício de um único pólo; os Estados tornam-se briguentos, agressivos. Daí a "lei" de Frank C. Spooner, no que concerne à França que a economia em alta tende a dispersar, a dividir contra si mesma (veja-se durante as guerras religiosas), enquanto a conjuntura adversa aproximaria suas diversas partes em benefício de um governo aparentemente forte. Mas valerá esta lei para toda a França ao longo de todo o seu passado e valerá para os outros Estados? Quanto à alta sociedade, em tempos economicamente maus, ela luta, entrincheira-se, restringe o seu volume (casamentos tardios, emigração dos jovens excedentes, práticas anticoncepcionais precoces, como em Genebra no século XVII). Mas a cultura tem então o mais estranho dos comportamentos: se ela intervém com força (como o Estado) durante esses longos refluxos, decerto é porque uma das suas vocações é preencher as lacunas e as brechas do conjunto social (a cultura, "ópio do povo"?). Não será também porque a atividade cultural é a menos dispendiosa de todas? Observe-se que o Século de Ouro espanhol se afirma quando já há declínio da Espanha, por uma concentração da cultura na capital: o Século de Ouro é, antes de tudo, o esplendor de Madri, da sua Corte e dos seus teatros. E sob o regime esbanjador do conde-duque de Olivares, quantas construções apressadas, poderíamos mesmo dizer baratas! Não sei se a mesma explicação valeria para o século de Luís XIV. Mas acabo constatando que os recuos seculares favorecem as explosões, ou o que consideramos explosões, da cultura. Depois de 1600, os florescimentos do outono italiano, em Veneza, em Bolonha, em Roma. Depois de 1815, o romantismo que inflama a já velha Europa.

Essas afirmações lançadas precipitadamente colocam pelo menos os problemas habituais, não, a meu ver, o problema essencial. Sem o dizer o suficiente, colocamos em primeiro plano os progressos ou os recuos no topo da vida social, a cultura (a das elites), a ordem social (a dos privilegiados no vértice da pirâmide), o Estado ao nível do governo, a produção só na circulação, que veicula apenas uma parte dela, a economia nas zonas mais desenvolvidas. Sem querer e com a maior naturalidade do mundo, deixamos de lado, como todos os historiadores, a sorte dos mais numerosos, da enorme maioria dos seres vivos. Como, em linhas gerais, essas massas se comportam na alternância dos fluxos e refluxos seculares?

Paradoxalmente, pior quando tudo, segundo o diagnóstico da economia, vai melhor, quando o aumento da produção faz sentir os seus efeitos, multiplica o número de indivíduos, mas impõe uma sobrecarga aos mundos diversos da ação e do trabalho. Cava-se então um vazio, conforme mostrou Earl J. Hamilton¹⁴¹, entre os preços e os salários que vão a reboque. Se nos reportarmos às obras de Jean Fourastié, de René Grandamy, de Wilhelm Abel e, mais ainda, às publicações de Phelps Brown e de Sheila Hopkins¹⁴², fica claro que há então uma degradação dos *salários reais*. O progresso das altas esferas e o aumento do potencial econômico foram pagos, portanto, pelo sacrifício de uma massa de homens, cujo número cres-

ce ao mesmo tempo ou mais depressa do que a produção. E, quando essa multiplicação dos homens, das suas trocas, dos seus esforços deixa de ser compensada pelo aumento da produtividade, talvez seja então que tudo se rompe, que se atinge a crise, o movimento invertido e o início do declínio. O que é estranho é que o refluxo das superestruturas acarreta uma melhoria da vida das massas, que os salários reais voltam a aumentar. Entre 1350 e 1450 situa-se pois, no período mais sombrio do declínio europeu, uma espécie de idade do ouro da vida cotidiana do povo.

Nessa perspectiva de uma história que se teria qualificado, no tempo de Charles Seignobos¹⁴³, como história "sincera", o maior acontecimento, um acontecimento com enormes conseqüências, na verdade uma ruptura decisiva, é que, com os meados do século XIX, no próprio movimento da Revolução Industrial, a longa ascensão que então se afirma não acarretará nenhuma deterioração profunda do bem-estar geral, mas um aumento da renda *per capita*. Talvez também não seja fácil pronunciar-se sobre esse problema. Mas podemos pensar que o enorme e brusco aumento da produtividade, devido à máquina, elevou de repente o teto das possibilidades. É no interior desse universo novo, durante mais de um século, que um crescimento sem precedentes da população mundial foi acompanhado por uma melhoria da renda *per capita*. Evidentemente, a ascensão social se alterou em suas modalidades. Mas o que acontecerá com a regressão que se inicia com insistência desde os anos sessenta do nosso século?

No passado, o bem-estar do povo que acompanhava as regressões seculares foi sempre pago por enormes sacrifícios prévios — pelo menos uns milhões de mortos, em 1350; uma séria estagnação demográfica no século XVII. Precisamente, essa redução de seres humanos e o abrandamento da tensão econômica desencadearam uma melhoria evidente para os sobreviventes, para aqueles que a peste ou o decréscimo havia poupado. A crise atual não se apresenta com os mesmos sintomas: prossegue um intenso aumento demográfico em escala mundial, a produção se desacelera, o desemprego incrusta-se e a inflação, no entanto, continua de vento em popa. De onde poderia vir então uma melhoria para as massas? Ninguém irá lamentar que o remédio cavalariço de outrora — fome ou epidemias — seja eliminado pelos progressos da agricultura e da medicina, e mais uma certa solidariedade que distribui pelo mundo os recursos alimentares, na falta de outros. É de se perguntar, porém, se, a despeito das aparências e da tendência do mundo moderno a acreditar imperturbavelmente no crescimento contínuo, o problema atual não se coloca, *mutatis mutandis*, em termos antigos; se o progresso dos homens não alcançou (ou ultrapassou) o nível do possível generosamente aumentado no século passado pela Revolução Industrial; se, pelo menos provisoriamente, enquanto uma nova revolução, por exemplo a da energia, não tiver alterado os termos do problema, o número de homens poderá continuar aumentando sem resultados catastróficos.